

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE

PEDIDO DE CONTRATAÇÃO FDE Nº 46/00093/25/01

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90410/2025

FDE-SEI – 229.00017919/2025-98

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/06/2026

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 10:00 h (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

CONTRATANTE (UASG): 081102 – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FDE

OBJETO: - PROJETO EXECUTIVO DE OBRA NOVA

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 929.184,86 (novecentos e vinte e nove mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: - TÉCNICA E PREÇO

MODO DE DISPUTA: - FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO.....	7
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
8. DO TERMO DE CONTRATO.....	14
9. DOS RECURSOS	15
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FDE**PEDIDO DE CONTRATAÇÃO FDE Nº 46/00093/25/01****CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SIASG Nº 90410/2025****FDE-SEI 229.00017919/2025-98**

Torna-se público que a **Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE**, por meio da Supervisão de Licitações - SLI, sediada à Avenida São Luis, 99 – 1º andar – Bairro: **República – São Paulo/SP**, **realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA**, critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO** nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **PROJETO EXECUTIVO DE OBRA NOVA**: contratação de **serviços especiais de arquitetura e engenharia para elaboração do projeto executivo** de arquitetura, coordenação, compatibilização e fornecimento dos projetos executivos de estrutura, hidráulica, elétrica, mecânica, com modelo em BIM, bem como o projeto de segurança contra incêndio aprovado pelo corpo de bombeiros, o projeto de entrada em média tensão aprovado pela concessionária de energia elétrica e o projeto legal para aprovação pela prefeitura municipal, para construção de obra nova de **10 salas de aula**, para o seguinte imóvel, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

PRÉDIO(S) / ENDEREÇO(S)	CÓDIGO	PRAZO DE EXECUÇÃO (DIAS)	ITENS
TERRENO JD CACHOEIRA II RUA ANA DO SACRAMENTO ANDRADE, S/N - CEP: 02289-000 - JD CACHOEIRA - SÃO PAULO-SP	00.09.166	240	1 – Elaboração do Projeto Executivo
		240	2 - Fornecimento do Projeto de Segurança contra Incêndio
		240	3 – Projeto de entrada em média tensão
		240	4 – – Fornec. do projeto legal p/aprovação Prefeitura Municipal

- 1.2. A licitação será realizada em único item.
- 1.3. **Valor referencial. O valor total estimado para a execução do objeto deste certame é de R\$ 929.184,86 (novecentos e vinte e nove mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), Recursos: - NOTA DE RESERVA: 2026NR00876 -Fonte de Recursos - 1.500.1.0300, Elemento de Despesa: 4.4.90.51 e Funcional Programática: 12.368.0815.2494.** Os quantitativos e respectivos valores unitários estão detalhados no **Anexo V – Estimativa de Custos** deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados **que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e** que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.6.1. Considerando o valor estimado do item/grupo objeto desta licitação, aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

- 2.7.11 **Não será permitida** a participação de **sociedades cooperativas** nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 2.7.12 **Não será admitida** a participação de pessoas jurídicas em **consórcio**, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme justificado no item 8.32 do **Anexo I** - Termo de Referência;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.44 e 2.7.55 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.89 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação, a proposta de técnica e a proposta de preço, observado o disposto no item 7.1.1 deste Edital.
- 4.2.1 Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 6 deste Edital.

- 4.3. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. A falsidade da declaração de que trata o item 4.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 4.7. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 7.12.1.
- 4.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA – TÉCNICA E COMERCIAL

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, a qual deverá ser apresentada em obediência ao disposto no item 8.26 do Termo de Referência:
- 5.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.2.1 **Valor do item.**
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior **a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.11. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.
 - 6.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 6.5.1 SICAF;
 - 6.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
 - 6.5.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

- 6.5.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 6.5.5 Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e
- 6.5.6 Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).
- 6.5.7 Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 6.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 6.6.1 Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.9. Quando couber, caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 6.9.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 6.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.
- 6.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:
- 6.11.1. Não se aplica, visto tratar-se de serviço, sem dedicação exclusiva de mão de obra.**
- 6.12. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.
- 6.13. Serão desclassificadas as propostas que:
- 6.13.1 contiverem vícios insanáveis;
- 6.13.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- 6.13.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.13.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.13.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.14. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 6.15. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no Anexo I deste edital**.
- 6.16. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 6.17. A proposta técnica será avaliada, conforme disposto no item 8.30.2 do **Termo de Referência**.

6.17.1. A Pontuação Técnica (PT) será calculada pela soma dos pontos obtidos nos itens A a D, obedecendo-se à seguinte fórmula:

$$\text{PT} = A + B + C + D$$

Serão consideradas apenas duas casas decimais no resultado obtido pela divisão, desprezando-se as demais.

O Agente de Contratação/Comissão de Contratação dará ciência dos resultados aos interessados, através de divulgação no site www.gov.br/compras em data e horário definidos.

- 6.18. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.
- 6.19.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.20. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 6.20.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.20.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.20.3 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
 - 6.20.4 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.21. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.22. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante

classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 6.22.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.22.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.
- 6.22.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 6.22.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 6.23. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.23.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.23.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.23.3 A planilha deverá ser preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços unitários e global, grafados em moeda corrente nacional com no máximo duas casas decimais, deverá ser utilizado o modelo, em Excel, disponibilizado no Portal FDE.
- 6.24. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.25. A pontuação final será calculada, conforme consta no **Termo de Referência**, pela média ponderada dos pontos obtidos na proposta técnica e na proposta comercial, obedecendo-se à seguinte fórmula:

$$P = \frac{(PT \times 70) + (PC \times 30)}{100}$$

100

onde:

P = pontuação final das propostas

PT = pontuação da proposta técnica

PC = pontuação da proposta comercial

No resultado obtido pela divisão serão consideradas apenas duas casas decimais, desprezando-se as demais.

Classificação. As proponentes serão classificadas pela ordem decrescente da pontuação obtida, sendo considerada vencedora (se habilitada, posteriormente) a que obtiver o maior número de pontos na ponderação entre as propostas técnica e comercial

O Agente de Contratação/Comissão de Contratação dará ciência dos resultados aos interessados, através de divulgação no site www.gov.br/compras em data e horário definidos.

- 6.26. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.
- 6.27. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.27.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
- 6.27.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.27.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.27.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 6.27.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.27.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.27.2.2. empresas brasileiras;
- 6.27.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.27.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.28. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.29. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.
- 6.30. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.
- 6.30.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.30.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.31. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

- 6.32. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.
- 6.33. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.34. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 6.35. O agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 6.36. O agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023.
- 6.37. O agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.
- 6.38. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-

financeira, haverá um **acréscimo de 15% (quinze) por cento** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
 - 7.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 7.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
 - 7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
 - 7.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas**, para:
 - 7.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

- 7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 7.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.
- 7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
- 8.4. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico através do Sistema Eletrônico de Compras – SEI, do Governo do Estado de São Paulo, nos termos da legislação aplicável.
- 8.5. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
 - 8.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
- 8.8. **Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação, conforme TR:**

- 8.8.1. a apresentação do documento de que trata o item 8.2 do Termo de Referência com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, quando a sede da adjudicatária estiver situada em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade;
- 8.8.2. a apresentação do ANEXO 1 - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA devidamente preenchido;
- 8.8.3. a apresentação da Declaração conforme ANEXO 2 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO PATRIMONIAL assinada por todos os Profissionais Componentes da Equipe Técnica relacionados;
- 8.8.4. a apresentação da Declaração conforme ANEXO 3 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE INFORMAR A FDE E COMPATIBILIZAR PROJETOS COM ALTERAÇÕES RESULTANTES DO PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO assinada por todos os Profissionais Componentes da Equipe Técnica relacionados;
- 8.8.5. entrega de documentos de Responsabilidade Técnica para os serviços abaixo, conforme ANEXO 1 - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA;
- 8.8.6. no caso de o projeto de arquitetura vir a ser desenvolvido por equipe, a mesma deverá ser indicada na Relação dos Profissionais, bem como cada arquiteto deve entregar um RRT correspondente, no qual assume solidariamente a responsabilidade pela atividade feita em conjunto com os demais membros da equipe de arquitetura, sendo que o primeiro RRT deve mencionar os demais membros da equipe, nos termos da Resolução CAU/BR nº 184/2019.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 9.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo **Sistema Eletrônico de Compras – SEI, do Governo do Estado de São Paulo**.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
 - 10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 10.1.6 fraudar a licitação;
 - 10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1 advertência;
 - 10.2.2 multa;
 - 10.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

- 10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
 - 10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no **prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de e-mail na conta da Gerência de Licitações - gli@fde.sp.gov.br.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico gli@fde.sp.gov.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III – Modelo de Proposta;

ANEXO IIIA – Modelo de Planilha

ANEXO IV – Modelo de Declaração exigida para Habilitação;

ANEXO V – Estimativa de Custos / Tabela de Honorários;

ANEXO VI – Norma de Organização nº 002/2010-04 – Critérios para a Imposição de Penalidades;

ANEXO VII – Termo de Ciência e de Notificação - (Contrato)

São Paulo, 22 de abril de 2026.

JOÃO PAULO DE AQUINO

Subscritor do Edital

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
Processo Administrativo nº 229.00017919/2025-98

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto:

Contratação de serviços especiais de arquitetura e engenharia para elaboração do projeto executivo de arquitetura, coordenação, compatibilização e fornecimento dos projetos executivos de estrutura, hidráulica, elétrica, mecânica, com modelo em BIM, bem como o projeto de segurança contra incêndio aprovado pelo corpo de bombeiros, o projeto de entrada em média tensão aprovado pela concessionária de energia elétrica e o projeto legal para aprovação pela prefeitura municipal, para construção de obra nova de 10 salas de aula, para o seguinte imóvel:

Processo de intervenção	Pedido de Contratação	Código do imóvel	NOME PRÉDIO / MUNICÍPIO / UNIDADE REGIONAL DE ENSINO	ENDEREÇO	ÁREA DE REFERÊNCIA
2025/00152	46/00093/25	00.09.166	TERRENO JD CACHOEIRA II / SÃO PAULO / NORTE 2	RUA ANA DO SACRAMENTO ANDRADE, S/N, JD CACHOEIRA	3.853,52m²

1.1.1. nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento:

Item	Especificação	CADSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	GRUPO: SERVIÇOS DE ENGENHARIA	GRUPO: 833	PROJETO	1	929.184,86	929.184,86
	DESCRIÇÃO: ELABORAÇÃO/ANÁLISE DE PROJETO-ENGENHARIA	DESCRIÇÃO: 20060	EXECUTIVO			

1.1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o **Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023**.

1.1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no **Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023**.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **especiais**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do **Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023**.

1.3. Os prazos, contados do dia seguinte ao dia da assinatura do contrato na forma do **artigo 6º - inciso XVII** e do **artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021**, são:

1.3.1. **prazo de execução: 240 dias**

1.3.2. **prazo de vigência: 390 dias**

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

- **Reajuste**

- 1.5. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado do mês base do CUSTO UNITÁRIO BÁSICO DA CONSTRUÇÃO ESCOLAR que fundamenta o orçamento estimado e serão reajustados com periodicidade anual, em conformidade com a legislação vigente, de acordo com a fórmula:

$$R = P_o \times \left[\left(\frac{IPC}{IPC_o} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = parcela do reajuste

P_o = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

$\frac{IPC}{IPC_o}$ = variação do IPC_{FIPE} – Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

- 1.5.1. O reajuste anual será aplicado independentemente de pedido do Contratado e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 1.5.2. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 1.5.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 1.5.3.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 1.5.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 1.5.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 1.5.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 1.5.7. O reajuste será realizado por termo aditivo.

- **Subcontratação**

- 1.1. É admitida a subcontratação dos profissionais responsáveis técnicos pelo fornecimento de consultorias em conforto ambiental e de projetos executivos das áreas técnicas de estrutura, hidráulica, elétrica e mecânica, a serem indicados no ANEXO A - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA, como adequados e disponíveis para a elaboração do objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº

67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- **Sustentabilidade**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, deve ser contemplado nos projetos o atendimento aos seguintes requisitos:
- 4.1.1. Lei Federal nº 14.133/2021, artigos 5º e 11º
 - 4.1.2. Decreto Federal nº 7.746/2012
 - 4.1.3. Instrução Normativa nº 01/2010
 - 4.1.4. Lei Federal nº 12.305/2010
 - 4.1.5. Lei Estadual nº 12.300/2006
 - 4.1.6. Decreto nº 5.975, de 2006, artigo 11
 - 4.1.7. Resolução nº 307, de 05/07/2002 e alterações posteriores conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA
 - 4.1.8. Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/1990
 - 4.1.9. Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006

Indicação de marcas ou modelos

- 4.2. Os catálogos técnicos da FDE disponíveis em seu site contemplam componentes, serviços e equipamentos devidamente homologados a serem indicados pelos seus códigos no projeto. Na eventualidade de ser necessária a indicação de outras marcas, características ou modelos, os mesmos deverão ser submetidos à análise da GDE – Gerência de Desenvolvimento da Edificação, da Diretoria de Obras e Serviços da FDE, na pessoa do Gestor do Contrato.

- **Garantia da contratação**

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, de **3%** e condições descritas nas cláusulas do instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação).
- 4.4. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:
- I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;
 - II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;
 - III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
 - IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos

os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;
V – **Título de capitalização**. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.4.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.5. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

• **Vistoria**

4.6. A elaboração e conteúdo das Propostas Técnica e Comercial deverão estar fundamentados nos elementos disponibilizados neste instrumento. Não serão consideradas informações obtidas de origem diversa, pelo princípio da igualdade entre Proponentes. Portanto, não se requer nem se recomenda a realização de vistoria fora do futuro vínculo contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução: Rotinas a serem cumpridas

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Observar as rotinas a serem cumpridas conforme Normas de Apresentação de Projetos disponibilizadas no site da FDE.

5.1.2. O início da execução do objeto se dará no primeiro dia útil após o dia da assinatura do contrato, no qual deverá ocorrer uma reunião presencial a ser agendada pela Contratada com a equipe de análise do projeto.

5.1.3. A Contratada deverá agendar a vistoria diretamente com o SEOM - Serviços de Obras e Manutenção da Unidade Regional de Ensino correspondente, cujo contato deverá ser buscado no site da SEDUC.

5.1.4. De modo genérico será o seguinte o cronograma físico-financeiro do prazo de execução:

Item 1: elaboração do projeto executivo de arquitetura, coordenação, compatibilização e fornecimento dos projetos executivos de estrutura, hidráulica, elétrica e mecânica

Item 2: fornecimento do projeto de segurança contra incêndio aprovado pelo corpo de bombeiros;

Item 3: fornecimento do projeto de entrada em média tensão aprovado pela concessionária de energia elétrica;

Item 4: fornecimento do projeto legal para aprovação pela prefeitura municipal.

ESTUDO PRELIMINAR	ANTEPROJETO	PROJETO EXECUTIVO
60 DIAS	120 DIAS	60 DIAS
25%	45%	30%
Item 1: 240 DIAS		
		APROVAÇÕES
		45 DIAS
		100%
		Itens 2, 3 e 4: 45 DIAS

5.1.5. O prazo de cada etapa refere-se ao prazo total, o qual contém prazos intermediários para as entregas necessárias até a aprovação de cada etapa pela GDE, determinando o pagamento correspondente e a liberação para o prosseguimento à etapa seguinte, conforme descrito no item 7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1.6. As entregas intermediárias para análise da FDE até a aprovação da etapa estão esquematizadas a seguir, para o item 1:

ESTUDO PRELIMINAR	REUNIÃO INICIAL	FDE E CONTRATADA
	DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA	CONTRATADA
	REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO E COMENTÁRIOS	FDE E CONTRATADA
	DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA	CONTRATADA
	ANÁLISE PARA APROVAÇÃO FINAL	FDE
ANTEPROJETO	DESENVOLVIMENTO DA ARQUITETURA SOB A CONSULTORIA DE TODAS AS ÁREAS TÉCNICAS	CONTRATADA
	ANÁLISE DA ARQUITETURA	FDE
	DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS ÁREAS TÉCNICAS*	CONTRATADA
	ANÁLISE DE TODAS AS ÁREAS TÉCNICAS	FDE
	DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS ÁREAS TÉCNICAS	CONTRATADA
	ANÁLISE PARA APROVAÇÃO FINAL	FDE
PROJETO EXECUTIVO	DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS ÁREAS TÉCNICAS	CONTRATADA
	ANÁLISE DE TODAS AS ÁREAS TÉCNICAS	FDE
	DESENVOLVIMENTO DE TODAS AS ÁREAS TÉCNICAS	CONTRATADA
	ANÁLISE PARA APROVAÇÃO FINAL	FDE

* ESTRUTURA: FUNDAÇÕES, CONTENÇÕES, FORMAS, SUPERESTRUTURA

5.1.7 A Contratada deverá organizar-se para que as entregas intermediárias ocorram dentro do prazo de execução, com o pronto atendimento às solicitações dos analistas, em tantas entregas quantas sejam necessárias até a aprovação de cada etapa, considerando 48 dias destinados para a análise do projeto pela FDE, sendo que os dias eventualmente excedidos não irão onerar o prazo da Contratada, o qual será de 192 dias para desenvolvimento do projeto, sendo indiferente, para fins de medição, a sua distribuição ao longo das etapas;

5.1.8 Os itens 2 e 3 serão remunerados quando entregues o produto aprovado pelos respectivos órgãos. Qualquer inconformidade apontada em “comunique-se” que gere alteração do projeto para aprovação do órgão, deverá ser compatibilizada no modelo e consequentemente nas peças gráficas do projeto.

5.1.9 O item 4 será remunerado quando aprovado pela GDE o projeto legal a ser apresentado posteriormente pela FDE à Prefeitura Municipal.

5.1.10 O Anteprojeto aprovado deve conter todos os elementos de suficiência para licitar a execução da obra, se for o caso.

5.2 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.1.1 O conhecimento do Edital e seus anexos - que inclui o presente Termo de Referência e respectivos ANEXOS -, bem como as publicações e documentos neles referenciados, é indispensável ao dimensionamento da proposta.

5.1.2 O terreno da futura escola está localizado na área maior de um novo loteamento. O levantamento topográfico disponibilizado como base para a apresentação da Proposta Técnica é provisório, e resulta da sobreposição da planta do projeto do loteamento com

o levantamento topográfico da área maior. A Prefeitura providenciou projeto de terraplenagem para a duplicação da estrada São Carlos, já executada – ainda sem guias e sarjetas. Ao final das obras de terraplenagem, que inclui o lote cedido para uso institucional, será realizado levantamento topográfico definitivo que virá a ser referência para o desenvolvimento do projeto executivo e que será fornecido à Contratada.

5.1.3 **Arquivo(s) eletrônico(s) de referência gráfica existentes serão disponibilizados mediante solicitação das Interessadas à GLI – Gerência de Licitações pelo e-mail gli@fde.sp.gov.br**

5.2 Instruções gerais no que aplicável à elaboração do presente objeto e em complemento ao conteúdo das Normas de Apresentação de Projetos disponíveis no site da FDE

5.2.1 Em vistoria ao imóvel por ocasião da elaboração do projeto, que fará em conjunto com a direção da escola ou com representante da Unidade Regional de Ensino, o escritório contratado deverá:

- tomar conhecimento dos problemas específicos e discutir a solução proposta
- confirmar a existência das redes de água e de esgoto, e verificar o seu funcionamento; caso seja constatada a ineficiência dos sistemas, deverá ser prevista a sua correção
- informar à FDE sobre possíveis diferenças no levantamento topográfico fornecido;
- conferir “in loco” se todas as árvores com Diâmetro do Caule à Altura do Peito (DAP=1,30m do solo) igual ou superior a 0,03m (três centímetros) estão indicadas na topografia;
- considerar a preservação de todas as espécies arbóreas existentes no terreno;
- caso seja necessário o manejo ou corte de associações vegetais, árvores isoladas ou arbustos para viabilização da obra, o projetista deverá:
 - fotografá-las (inclusive a folha)
 - medir os DAP's
 - identificá-las na topografia
 - informar a GDE, para que seja providenciada a devida autorização para supressão ou manejo junto ao órgão ambiental competente.
- deverão ser priorizadas as soluções de projeto que considerem a melhor relação custo x benefício, a durabilidade do edifício, a facilidade de manutenção, a segurança dos usuários, a preservação do prédio contra invasões, bem como a concentração e logística das intervenções para minimizar as frentes de obra no(s) prédio(s) e garantir seu pleno funcionamento.
- a solução de projeto aprovada pela FDE deverá contar com o aval assinado pela direção da Unidade Escolar e, na ausência desta última, pelo Serviços de Obras e Manutenção (SEOM) da Unidade Regional de Ensino.
- será responsabilidade da contratada a aprovação do projeto junto a quaisquer órgãos que assim o exijam, notadamente junto ao Corpo de Bombeiros e, sempre que pertinente, junto aos órgãos determinados pela legislação ambiental.
- aprovações junto à Prefeitura Municipal terão sua exigência indicada no objeto contratual.
- com relação à acessibilidade, deverão ser priorizadas as soluções que coincidam com as circulações comuns do edifício, que reduzam o trajeto dos cadeirantes e, na medida do possível, percursos assentados no solo e com inclinação inferior a 5%.
- quando previsto, o projeto de sistema de aproveitamento de águas pluviais deverá considerar as águas provenientes das coberturas das edificações para fins não potáveis, com utilização nos mictórios e bacias sanitárias.
- quando previsto, o projeto de sistema de geração distribuída – fotovoltaico deverá apresentar os elementos necessários para implantação e instalação do sistema fotovoltaico na cobertura da edificação, incluindo desenhos com a implantação e cobertura, detalhamento e especificação dos equipamentos e materiais, simulação e memória de cálculo do sistema, bem como a documentação necessária para posterior operação e manutenção.

5.3 Instruções específicas para elaboração do projeto

5.3.1 Dados da intervenção

- Obra nova de escola com 10 salas de aula para atendimento ao programa arquitetônico M11 para ENSINO MÉDIO - disponível no site da FDE -, em sistema construtivo PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO.
- Quanto ao programa arquitetônico M11, disponível no site da FDE, consultar também o ANEXO D – PROGRAMA ARQUITETÔNICO:
 - Adotar como ambientes pedagógicos 1 a 4 os seguintes:

▪ Comunicação digital	P20	77,76m ²
▪ Laboratório de Química e Biologia + Sala de Preparo	P30	77,76m ²
▪ Espaço Maker	P08	51,84m ²
▪ Computação 11 computadores	P17	51,84m ²
 - Não incluir os ambientes “estúdio”, “espaço de convivência”, “quadra descoberta” e “espaço multiesportivo”.

Para tanto, considerar no projeto:

- O terreno localiza-se em área envoltória de bem tombado e está isento de deliberação por parte do CONPRESP e do DPH no município, bem como do CONDEPHAAT e UPPH, no Estado;
- Implantação da Obra Nova em área remanescente da EE Professora Philomena Baylão / código FDE 00.09.133, São Paulo, URE – Unidade Regional de Ensino Norte 2, a ser proposta sobre a quadra de esportes do prédio existente;
- Prever a demolição da quadra de esportes existente;
- Prever a reposição da quadra de esportes para a escola existente;
- Prever a construção de ligação da escola existente para a quadra de esportes reposta, para a qual está estimada a área de 250,00m².

5.3.2 Restrições urbanísticas

- Consultar ANEXO F – INSTRUÇÕES URBANÍSTICAS deste Termo de Referência:
 - F1 RELATÓRIO TÉCNICO DE VIABILIDADE TÉCNICA
 - F2 DIRETRIZES URBANÍSTICAS
 - F3 RESTRIÇÕES URBANÍSTICAS

5.3.3 O PROJETO EXECUTIVO deverá contemplar, inclusive:

- Acessibilidade, conforme NBR-9050
- Sistema de Segurança contra Incêndio
- Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas
- Instalações em conformidade à NBR-5410
- Instalações em conformidade à IT-41
- Entrada de energia
- Sistema de aproveitamento de águas pluviais
- Sistema de aquecimento solar da água
- Sistema de geração distribuída – fotovoltaico
- Sistema de Ar-Condicionado
- Reservatório de água potável
- Drenagem
- Layout
- Sinalização
- Caminhamento para rede de lógica
- Rede de telefonia
- Consultoria de Conforto térmico-luminoso com eficiência energética
- Conforto acústico
- Compatibilidade com Certificação Ambiental AQUA-HQE e Etiquetagem Procel Edifica, no que cabível
- Detalhamento executivo de todos os itens construtivos que não constem dos catálogos técnicos da FDE, inclusive serviços e sinalização, no modelo BIM e nas peças gráficas

5.3.4 O PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO deverá contemplar, inclusive:

- documentação relativa ao projeto de segurança contra incêndio, com a devida aprovação pelo Corpo de Bombeiros;
- revisões que se fizerem necessárias nos projetos executivos de todas as áreas técnicas, para compatibilização dos mesmos a eventuais solicitações do Corpo de Bombeiros.

5.3.5 O PREPARO DO MATERIAL PARA APROVAÇÃO DO PROJETO NA PREFEITURA MUNICIPAL deverá contemplar, inclusive:

- produção de desenhos no formato exigido pela Prefeitura Municipal;
- elaboração de memorial descritivo e qualquer outro documento solicitado pela Prefeitura Municipal;
- levantamento dos documentos necessários por parte da FDE;
- revisões que se fizerem necessárias nos projetos executivos de todas as áreas técnicas, para compatibilização dos mesmos a eventuais solicitações da Prefeitura Municipal.

5.3.6 O desenvolvimento do projeto executivo conterá todos os elementos necessários à contratação e à execução da obra em sua íntegra bem como à permanência das condições de desempenho ao longo da vida útil do edifício pela especificação de materiais e soluções técnicas eficientes à operação e que prescindam de manutenção tanto quanto seja possível.

5.3.7 O ciclo de vida do prédio a projetar deverá ser considerado pelo cumprimento dos requisitos de sustentabilidade envolvidos em todo o processo de projeto, da concepção ao seu potencial de uso, isto inclui, entre outros, a previsão e racionalização dos custos indiretos relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do prédio construído.

5.3.8 Considerar para as soluções de projeto, portanto, a durabilidade do edifício, a facilidade de manutenção e a segurança dos usuários.

5.3.9 Os trabalhos deverão ser realizados de acordo com as determinações do presente Termo de Referência, bem como com as diretrizes da FDE contidas neste Edital e nos Catálogos Técnicos e Normas de Apresentação de Projetos da FDE, disponibilizados no site, além do Plano de Execução BIM – PEB e BIM Mandate FDE integrantes do material de referência específico, sempre que for o caso. Deverão atender as recomendações das normas técnicas e em estrita observância às legislações Federal, Estadual e Municipal e a quaisquer ordens ou determinações do poder público intervenientes com o presente objeto.

5.3.10 Para fins de comparação com o mercado, deverá ser utilizada como referência a Listagem de Preços oficial da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE). Essa listagem fornece uma base de valores atualizados e detalhados, que reflete as condições de mercado e permite um acompanhamento preciso dos custos, garantindo maior transparência e competitividade nas contratações e pode ser acessada nos “Cadernos Técnicos da FDE”, disponíveis no endereço eletrônico produtostecnicos.fde.sp.gov.br, sendo necessário o cadastro prévio para consulta.

5.4 Especificação da garantia do serviço

5.4.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6 O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7 **Pela sua natureza, o presente objeto dispensa a exigência de indicação de preposto no local da execução do objeto, exigindo, ao invés disto, a indicação dos responsáveis técnicos pelos serviços conforme solicitado neste instrumento pelo ANEXO A - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA.**
- 6.8 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

- **Fiscalização**

- 6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

- **Fiscalização Técnica**

- 6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).
- 6.11 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

- 6.12 O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).
- 6.13 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).
- 6.14 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).
- 6.15 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

- **Fiscalização Administrativa**

- 6.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).
- 6.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).
- 6.18 Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Fiscalização contratual

- 6.19 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.20 A fiscalização técnica do contrato irá avaliar constantemente a execução dos serviços através do SADP – Sistema de Armazenamento de Dados de Projetos.
- 6.21 A fiscalização da execução dos serviços abrange todas as ações previstas nas Normas de Apresentação de Projetos da FDE disponíveis em seu site.
- 6.22 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços objeto deste contrato, a FDE se reserva o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.
- 6.23 O Coordenador do projeto designado pela Contratada é responsável técnico pela compatibilização dos projetos de todas as áreas técnicas.
- 6.24 Cada profissional da equipe designada pela Contratada será responsável técnico pelo que o projeto

envolve das suas disciplinas.

- 6.25 O processo de análise dos projetos pela FDE tem por objetivo fiscalizar o cumprimento do objeto contratual e não complementa nem substitui a responsabilidade técnica profissional.
- 6.26 Permitir e facilitar à FDE o acompanhamento e verificação dos serviços em realização, cuja análise será feita via WEB feita via WEB em Ambiente Comum de Dados - o que não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades;
- 6.27 Uma vez assinado o contrato, a Contratada será cadastrada em Sistema de Análise de Projetos, no qual deverá fazer o upload dos arquivos eletrônicos correspondentes aos produtos contratuais em cada etapa conforme descritos no Termo de Referência e em função dos prazos previstos no Cronograma. Os produtos entregues serão analisados pela FDE, consistindo na análise da verificação do atendimento às condições deste Termo de Referência, e sempre que cabível, ao ANEXO E - PLANO DE EXECUÇÃO BIM – PEB integrante do material de referência específico, às Normas, Catálogos Técnicos e Manuais da FDE, às normas técnicas e à legislação vigente.
- 6.28 A FDE fará anotações sobre o que eventualmente deva ser atendido pela Contratada e encaminhará o projeto para revisão. A despeito dos períodos de análise e revisão previstos no cronograma, cada etapa somente será considerada cumprida quando atendidas todas as solicitações feitas nas análises até as aprovações intermediárias e final.
- 6.29 Para os processos em BIM, a Contratada irá cadastrar o projeto no ambiente comum de dados designado pela FDE no PEB, após a criação do ambiente virtual realizado e gerido pela FDE. As equipes de trabalho deverão fazer o upload uma única vez e trabalhar com os projetos ou modelos federados, de coordenação em nuvem, sem retirá-los da plataforma virtual para trabalhos com softwares nativos, para projetos ou modelos de coordenação desenvolvidos em softwares de outras propriedades o upload deve seguir a frequência determinada pelo PEB.
- 6.30 Ficará de inteira responsabilidade do arquiteto contratado a compatibilização e gestão entre as áreas técnicas envolvidas no projeto, sempre conforme padrões estabelecidos no PEB.

- **Gestor do Contrato**

- 6.31 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).
- 6.32 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).
- 6.33 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.34 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.35 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.36 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

- **Das Obrigações**

- **OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

6.37 Ao CONTRATANTE, além das obrigações constantes do corpo do Edital e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

6.37.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas deste instrumento, o Edital da licitação e os termos de sua proposta;

6.37.2 Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à execução do objeto do contrato;

6.37.3 Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o cronograma físico-financeiro e os termos deste ajuste;

6.37.4 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou prestadores de serviço especialmente designados;

6.37.5 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.37.6 Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar, em tempo hábil, de modo a não prejudicar o andamento dos trabalhos;

- **OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

6.38 À CONTRATADA, além das obrigações constantes do corpo do Edital e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

6.38.1 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

6.38.2 Substituir qualquer integrante de sua equipe, cuja permanência no serviço for considerada inconveniente e/ou incapacitada, no prazo determinado pelo CONTRATANTE;

- 6.38.3 Fornecer ao CONTRATANTE os dados técnicos de seu interesse e prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- 6.38.4 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas aplicáveis por ocasião da assinatura do contrato; caso haja modificação dos dados durante a elaboração do projeto, devem ser entregues os documentos retificadores, dentro do prazo contratual.
- 6.38.5 Assegurar ao CONTRATANTE os direitos de propriedade intelectual referentes aos produtos, projetos, soluções e documentos congêneres desenvolvidos pela CONTRATADA e seus subcontratados, inclusive sobre eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, permitindo ao CONTRATANTE distribuí-los, alterá-los e utilizá-los sem limitações;
- 6.38.6 Não efetuar quaisquer alterações, supressões ou acréscimos dos serviços contratados sem que haja o devido aditamento contratual;
- 6.38.7 Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- 6.38.8 Organizar-se técnica e administrativamente, de modo a cumprir com eficiência o objeto deste contrato;
- 6.38.9 Realizar os trabalhos de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações Federal, Estadual e Municipal e a quaisquer ordens ou determinações do poder público, inclusive a sua aprovação por quaisquer órgãos que assim o exijam;
- 6.38.10 Elaborar o projeto de acordo com os Catálogos Técnicos e Normas de Apresentação de Projetos da FDE, disponibilizados no site www.fde.sp.gov.br.
- 6.38.11 Elaborar o projeto de acordo com a legislação ambiental no que diz respeito à área de proteção aos mananciais, supressão de vegetação e interferências em áreas de proteção permanente, sendo de sua responsabilidade a entrega, na FDE, juntamente com o Projeto Executivo, do protocolo de entrada do processo para aprovação do empreendimento na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, ou órgãos correlatos das Prefeituras Municipais e do parecer de viabilidade do empreendimento, a ser expedido por esses órgãos.
- 6.38.12 Aprovar o projeto junto à Prefeitura Municipal, desde que a solicitação conste do Termo de Referência.
- 6.38.13 Compatibilizar os projetos executivos de todas as áreas técnicas com o Projeto Técnico de Segurança contra Incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros, incluindo emissão de novos originais e arquivos digitais, com as alterações devidamente identificadas conforme Normas de Apresentação FDE.

- 6.38.14 Permitir e facilitar à FDE o acompanhamento e verificação dos serviços em realização, cuja análise será feita via WEB o que não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades;
- 6.38.15 Uma vez assinado o contrato, a Contratada será cadastrada em Sistema de Análise de Projetos, no qual deverá fazer o upload dos arquivos eletrônicos correspondentes aos produtos contratuais em cada etapa conforme descritos no Termo de Referência e em função dos prazos previstos no Cronograma. Os produtos entregues serão analisados pela FDE, consistindo na análise da verificação do atendimento às condições e Termo de Referência integrantes do presente Contrato, às Normas, catálogos técnicos e Manuais da FDE, às normas técnicas e à legislação vigente. A FDE fará anotações sobre o que eventualmente deva ser atendido pela Contratada e encaminhará o projeto para revisão. Apesar dos períodos de análise e revisão previstos no cronograma, cada etapa somente será considerada cumprida quando atendidas todas as solicitações feitas nas análises até as aprovações intermediárias e final.
- 6.38.16 Ficará de inteira responsabilidade do arquiteto contratado a compatibilização e gestão entre as áreas técnicas envolvidas no projeto: arquitetura, estrutura, hidráulica, elétrica e mecânica, bem como as áreas relacionadas.
- 6.38.17 Refazer, às suas expensas, os serviços executados com erro ou imperfeição técnica, salvo se decorrentes de informação errônea da FDE, sem prejuízo das multas contratuais;
- 6.38.18 Aceitar e cumprir o programa arquitetônico, as especificações, levantamentos e elementos fornecidos pela FDE;
- 6.38.19 Elaborar o projeto de acordo com o Termo de Referência, parte integrante deste contrato;
- 6.38.20 Responsabilizar-se direta e exclusivamente pelos projetos de que foi encarregada, inclusive por sua exequibilidade, bem como responder pelos danos que venha, direta ou indiretamente causar à FDE ou a terceiros;
- 6.38.21 Responsabilizar-se por infração direta ou por uso de processos protegidos por marcas e patentes, respondendo neste caso pelas consequências, ressalvados quando constatarem dados ou documentos fornecidos pela FDE.
- 6.38.22 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.38.23 Utilizar, no desenvolvimento dos serviços, softwares originais com licenças de uso legalizadas e válidas.
- 6.38.24 Todas as pranchas, relatórios, memórias, deverão ser enviados assinados de acordo com os padrões de assinatura digital definidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI para a Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil - ICP-Brasil. A assinatura digital do documento deve estar de acordo com o DOC-ICP-15 "Assinaturas Digitais ICP-Brasil", e conforme especificação do ITI presente neste documento, deve seguir padrão CMS-CADES de assinatura. Caso o projeto de arquitetura seja elaborado em equipe, todos os profissionais deverão assinar todos os produtos contratuais da área técnica de

arquitetura.

- 6.38.25 Constituir sua equipe de trabalho conforme a apresentada no ANEXO A - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA, que faz parte integrante e complementar do presente contrato.
- 6.38.26 Substituir, sempre que solicitado pela FDE, qualquer profissional da equipe de trabalho por outro profissional de qualificação equivalente, previamente aprovado pela solicitante.
- 6.38.27 Nos projetos técnicos do Corpo de Bombeiros, os campos relativos ao “proprietário ou responsável pelo uso”, obter assinatura dos Diretores das escolas nas intervenções em prédios existentes, ou dos Dirigentes de Ensino, na ausência daqueles e nas obras novas. Sugere-se que a Direção seja contatada por ocasião da obtenção das assinaturas.
- 6.38.28 Orientar, por ocasião das vistorias aos prédios, a Direção da escola sobre os campos que deverão ser assinados, e posteriormente enviar os documentos para assinatura às direções das escolas ou aos SEOMs - Serviços de Obras e Manutenção - das Unidades Regionais de Ensino.
- 6.38.29 Colher pessoalmente as assinaturas por ocasião do protocolo dos documentos no Corpo de Bombeiros, se for o caso.
- 6.38.30 Responsabilizar-se pela entrega à FDE de todos os comunique-se recebidos, bem como pela entrega dos projetos revisados de acordo com os referidos comunique-se.
- 6.38.31 Informar a FDE e compatibilizar projetos com alterações resultantes do processo de aprovação do projeto técnico, que deverão estar assinados por todos os componentes da equipe técnica conforme ANEXO A - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA, que faz parte do presente contrato.
- 6.38.32 À FDE é facultado introduzir modificações nos serviços, objeto deste contrato, desde que consideradas imprescindíveis, antes ou durante a execução. Se as modificações provocarem alguma alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente tal fato à FDE, para que eventuais divergências venham a ser sanadas de comum acordo, bem como para possibilitar à FDE a análise quanto a necessidade de aditamento.
- 6.38.33 Toda alteração de objeto, quantitativa ou qualitativa, será previamente formalizada por meio da celebração de Termo Aditivo, respeitadas as disposições legais. É nula a alteração determinada por ordem verbal da CONTRATANTE, ainda que proveniente da autoridade competente para autorizar a celebração do Termo Aditivo.
- 6.38.34 Conforme ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO PATRIMONIAL a Contratada, declarando ser a autora do projeto objeto deste contrato, cede e transfere, para a construção, ampliação, adequação e reforma das escolas da rede pública estadual, seus direitos patrimoniais de autor do projeto discriminados nos itens seguintes, bem como a utilização do projeto que poderá eventualmente ser adaptado, ou revisado para implantação no mesmo terreno, bem como em outros terrenos destinados à unidades escolares da rede pública estadual, ou em virtude de replanejamento do Plano de Obra da FDE, ou determinação da Secretaria de Estado da Educação, na forma extensão e

aplicação da legislação em vigor e da que vier a vigorar no futuro.

- 6.38.35 Com a presente alienação, passam à FDE, por definitiva transferência, todos os direitos e faculdades que no seu conjunto constituem o direito patrimonial do Contratado, sobre o projeto realizado, em todo os seus aspectos, manifestações e aplicações diretas ou indiretas, modificações, adaptações, extensões e aplicações que forem necessárias para o exercício dos direitos cedidos, a exclusivo arbítrio da FDE.
- 6.38.36 O projeto executivo completo e complementares de engenharia, assim como a sondagem, parecer técnico de fundação, levantamento quantitativo, dados, pesquisas, relatórios, quaisquer outros levantamentos, ou documentos elaborados ou copiados pela CONTRATADA em decorrência deste contrato, serão de propriedade exclusiva da FDE, que poderá cedê-los a qualquer sociedade filiada, presente ou futuramente.
- 6.38.37 Fica assegurado à CONTRATADA, o direito de conservar em seus arquivos, os registros e as cópias dos documentos acima referidos exclusivamente para fins de consulta interna.
- 6.38.38 Caso haja mais de um profissional responsável técnico pela mesma área técnica, os nomes deverão ser relacionados como integrantes da equipe técnica, e delimitada a extensão da responsabilidade de cada profissional.
- 6.38.39 Rescindido este contrato, a FDE poderá fazer uso dos projetos e serviços complementares, no estágio em que se encontrarem, da forma e à época que julgar adequada, livre de qualquer ônus quanto aos direitos autorais, podendo reimplantá-los qualquer número de vezes, ou ainda, confiar a conclusão dos mesmos a quem entender conveniente, sem consulta à CONTRATADA.
- 6.38.40 Em caso de rescisão contratual, passarão a ser propriedade da FDE os serviços elaborados pela CONTRATADA e já pagos pela FDE até a data rescisória.
- 6.38.41 No caso de rescisão pela não disponibilização, por parte da FDE, dos seus catálogos técnicos atualizados em consonância com as necessidades do projeto contratado e, portanto, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.
- 6.38.42 Serão de propriedade exclusiva do CONTRATANTE os relatórios, mapas, croquis, desenhos técnicos, diagramas, planos estatísticos e quaisquer outros documentos elaborados pela CONTRATADA para a execução do objeto por ela executado.

- **CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

- 6.39 Abster-se de oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados;
- 6.40 Conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- 6.40.1 prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- 6.40.2 comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- 6.40.3 comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- 6.41 no tocante a licitações e contratos:
 - 6.41.1 frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - 6.41.2 impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - 6.41.3 afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - 6.41.4 fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - 6.41.5 criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - 6.41.6 obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - 6.41.7 manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;
 - 6.41.8 dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do Sistema Financeiro Nacional;

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1 A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.
- 7.2 A GDE irá solicitar a emissão das notas fiscais à Contratada por e-mail para que os pagamentos sejam efetuados em conformidade com a entrega dos produtos que marcam a conclusão das etapas do cronograma físico-financeiro, que por sua vez refletem a totalidade do determinado em Edital e anexos, bem como Produtos Técnicos da FDE, e que correspondem a:
 - 7.2.1 PROJETO EXECUTIVO
 - 7.2.1.1 25% (trinta e cinco por cento) do valor contratado, com a aprovação do Estudo Preliminar pela GDE;

7.2.1.2 45% (trinta e cinco por cento) do valor contratado, com a aprovação do Anteprojeto pela GDE;

7.2.1.2.1A etapa de Anteprojeto será considerada concluída, quando da entrega dos arquivos eletrônicos (modelos em rvt, projetos em dwg e relatórios em pdf) certificados digitalmente de todos os produtos correspondentes a esta Etapa.

7.2.1.3 30% (trinta por cento) do valor contratado, com a aprovação do Projeto Executivo pela GDE.

1.1.1.1.1. A etapa de Projeto Executivo será considerada concluída, quando da entrega dos arquivos eletrônicos (modelos em rvt e ifc, projetos em dwg, dwf e pdf e relatórios em pdf) certificados digitalmente de todos os produtos correspondentes a esta Etapa.

7.2.2 PROJETO E DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO PROJETO TÉCNICO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

7.2.2.1 100% (cem por cento) do valor contratado, na entrega do Projeto Técnico de Segurança contra incêndio com a devida aprovação pelo Corpo de Bombeiros.

7.2.3 APROVAÇÃO DE PROJETO JUNTO À PREFEITURAS, CONCESSIONÁRIAS OU ÓRGÃOS DE PATRIMÔNIO, quando for o caso:

7.2.3.1 100% (cem por cento) do valor contratado, na entrega do projeto e/ou documentação aprovados pelo respectivo órgão.

7.3 O Projeto Executivo completo contratado será considerado concluído, quando da entrega dos arquivos eletrônicos certificados digitalmente de todos os produtos correspondentes a esta Etapa, acompanhados das ARTs/RRTs retificadores com os dados compatíveis ao projeto efetivamente elaborado.

7.3.1 Entregáveis

7.3.1.1 Sempre que cabível, os modelos BIM devem ser editáveis pelo software proprietário adotado pela FDE, pois servirão de base para diversas intervenções futuras, devendo ser entregues na extensão indicada além de formato aberto.

7.3.1.2 Os entregáveis estão especificados nas Normas de Apresentação de Projetos disponíveis no site da FDE, no BIM Mandate a ser disponibilizado para a Contratada e neste Termo de Referência em seu ANEXO E - PLANO DE EXECUÇÃO EM BIM - PEB.

-

Do recebimento

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 0 dia, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

- 7.5 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 7.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).
- 7.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.9 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a *periodicidade e parâmetros definidos*, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.9.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.9.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.9.4 **Para o presente objeto, a cada etapa cumprida será realizado o pagamento correspondente, sendo obrigação da contratada o refazimento de qualquer produto a qualquer tempo em que for verificada desconformidade, não cabendo os conceitos de recebimento provisório e definitivo para o presente objeto.**
- 7.9.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 0 dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e

quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 7.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);
 - 7.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
 - 7.11.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
 - 7.11.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
 - 7.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

- **Liquidação**

- 7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

- **Prazo de pagamento**

7.24 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

- **Forma de pagamento**

7.26 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em

nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.29 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30 *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

Antecipação de pagamento

7.31 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

- **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Concorrência, com adoção do critério de julgamento por Técnica e Preço, modo de disputa fechado, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2/2023.

- **Regime de execução**

8.2 O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

- **Exigências de habilitação**

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

- **Habilitação jurídica**

8.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- 8.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6 **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 8.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.10 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 8.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual quanto a obrigações tributárias e Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18 Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

- **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.20 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;
- 8.21 Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.
- 8.22 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- 8.22.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).
- 8.22.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.22.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.
- 8.22.4 Será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

Qualificação Técnica

- 8.23 Declaração assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- 8.23.1 O responsável técnico do licitante é o mesmo profissional que será o autor da proposta técnica, em nome de quem se apresentam os atestados técnicos e o que irá certificar digitalmente todos os produtos de arquitetura.
- 8.24 Registro ou inscrição do licitante no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade;

- 8.24.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;
- 8.25 Para comprovação de capacitação técnico-profissional a Licitante apresentará profissional responsável técnico integrante do seu quadro, devidamente registrado no conselho profissional competente, que tenha executado serviço de características e quantidade semelhantes a pelo menos 50% da parcela de maior relevância do presente objeto:
- 8.25.1 Profissional: **Arquiteto ou Engenheiro-Arquiteto ou Engenheiro Civil**
- 8.25.2 Parcela de maior relevância: **Elaboração de projeto executivo de arquitetura de obra predial e coordenação dos projetos executivos de estrutura, hidráulica e elétrica**
- 8.25.3 Área mínima a comprovar: **1.628,95m²**
- 8.26 A comprovação de capacitação técnico-profissional se dará pela apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT emitida(s) pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em nome do responsável técnico do licitante
- 8.26.1 O responsável técnico do licitante:
- 8.26.1.1 deverá ser o autor da proposta técnica vencedora;
- 8.26.1.2 deverá estar designado no ANEXO A - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA para os serviços de Coordenação e Compatibilização do projeto executivo completo, bem como para a elaboração do projeto executivo de arquitetura - individualmente ou como integrante de equipe de arquitetura;
- 8.26.1.3 deverá certificar digitalmente todos os produtos de arquitetura.
- 8.26.2 Não será aceito o somatório de atestados, pois a elaboração de diversos projetos de menor porte não capacita para o maior porte. parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação
- 8.26.3 A comprovação do vínculo profissional solicitada pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o licitante apresentar cópia do contrato social atualizado.
- 8.26.4 A obtenção de pontuação devido à capacitação técnico-profissional exige que a execução da parcela relevante do respectivo contrato se dê diretamente pelo profissional correspondente.
- 8.27 Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da licitação no ANEXO A - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

8.28 Os profissionais indicados deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.29 Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação de sanções decorrentes de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Proposta técnica

8.30 A proposta técnica deverá conter os seguintes documentos, todos assinados digitalmente pelo representante legal do licitante ou por seu procurador, juntando-se o respectivo instrumento de procuração:

8.30.1 Apresentação gráfica do partido arquitetônico proposto em função das características específicas do terreno disponibilizado e das premissas deste Termo de Referência, contendo os elementos necessários ao bom entendimento da proposta: implantação, planta dos pavimentos, cortes e elevações genéricos em escala, com a indicação de cotas de nível básicas de referência, escala utilizada, uso dos ambientes, sistema estrutural, tipos de vedação e cobertura – inclusive imagens 3D. Deverá ser entregue em máximo de 10 pranchas numeradas no formato dwf agrupado, resolução de 300 dpi, tamanho equivalente ao A4, certificada digitalmente pelo responsável pela elaboração - que deverá ser o mesmo em nome de quem se pretenderá comprovar a capacidade técnico-profissional.

8.30.2 A Banca designada avaliará os trabalhos segundo os critérios arquitetônicos em atendimento ao Edital, ao Termo de Referência e respectivos anexos considerando tanto as soluções apresentadas como a capacidade de resolução conceitual e técnica, adotando-se como parâmetros básicos para a avaliação e julgamento o que segue:

	atende totalmente (PONTOS)	atende parcialmente (PONTOS)	não atende (PONTOS)
Implantação, atendimento ao Termo de Implantação, atendimento ao Termos de Referência quanto à área externa, orientação solar, acessos, acomodação no terreno, atendimento à legislação	20	10	0
Atendimento às necessidades de fluxo, circulação, dinâmica da escola e atendimento à NBR 9050 e à legislação do Corpo de Bombeiros quanto às saídas de emergência	20	10	0
Criatividade, solução estética e inovação relativos ao espaço produzido e volumetria do edifício	30	15	0
Coerência do edifício com o Termo de Referência, atendimento ao Programa, atendimento à área mínima dos ambientes, Especificações, Instruções para Projeto e Catálogos Técnicos da FDE	30	15	0
	100		

8.30.3 JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

Análise. O Agente e/ou Comissão de Contratação e/ou Banca designada avaliará as propostas técnicas sobre a proposta de intervenção apresentada, da seguinte forma:

- A Pontuação Técnica (PT) será calculada pela soma dos pontos obtidos nos itens A a D, obedecendo-se à seguinte fórmula:
$$PT = A + B + C + D$$
- Serão consideradas apenas duas casas decimais no resultado obtido pela divisão, desprezando-se as demais.
- Será considerada inaceitável e, portanto, desclassificada a proposta técnica que:
 - não atender à totalidade das informações solicitadas neste Edital
 - não satisfizer qualquer das condições estabelecidas no edital de licitação e/ou impuser condições
 - não estiver assinada por pessoa(s) devidamente credenciada(s);
 - não estiver redigida em português, à exceção de termos técnicos que sejam de uso corrente no Brasil;
 - apresentar emendas, borrões ou rasuras em lugar essencial;

8.30.4 Julgamento Final:

- A pontuação final será calculada pela média ponderada dos pontos obtidos na proposta técnica e na proposta comercial, obedecendo-se à seguinte fórmula:
$$P = \frac{(PT \times 70) + (PC \times 30)}{100}$$

onde:

P = pontuação final das propostas
PT = pontuação da proposta técnica
PC = pontuação da proposta comercial
- No resultado obtido pela divisão serão consideradas apenas duas casas decimais, desprezando-se as demais.

Classificação. As proponentes serão classificadas pela ordem decrescente da pontuação obtida, sendo considerada vencedora (se habilitada, posteriormente) a que obtiver o maior número de pontos na ponderação entre as propostas técnica e comercial

Outras comprovações

8.31 Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.32 Não será admitida a participação de empresas em consócio pois o objeto a ser licitado não envolve questões de complexidade ou vultu tais, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Fica assim vedada a formação de Consórcio, pois a complexidade de sua gestão não traz benefício ao cumprimento do objeto.

- **CONTRATAÇÃO**

8.33 Condições de celebração: constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

- 8.33.1 a apresentação do documento de que trata o item 8.24 deste Termo de Referência com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, quando a sede da adjudicatária estiver situada em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade;
- 8.33.2 a apresentação do ANEXO A - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE

TÉCNICA devidamente preenchido;

8.33.3 a apresentação da Declaração conforme ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO PATRIMONIAL assinada por todos os Profissionais Componentes da Equipe Técnica relacionados;

8.33.4 a apresentação da Declaração conforme ANEXO C - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE INFORMAR A FDE E COMPATIBILIZAR PROJETOS COM ALTERAÇÕES RESULTANTES DO PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO assinada por todos os Profissionais Componentes da Equipe Técnica relacionados;

8.33.5 entrega de documentos de Responsabilidade Técnica para os serviços abaixo, conforme ANEXO A - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA

8.33.5.1 no caso de o projeto de arquitetura vir a ser desenvolvido por equipe, a mesma deverá ser indicada na Relação dos Profissionais, bem como cada arquiteto deve entregar um RRT correspondente, no qual assume solidariamente a responsabilidade pela atividade feita em conjunto com os demais membros da equipe de arquitetura, sendo que o primeiro RRT deve mencionar os demais membros da equipe, nos termos da Resolução CAU/BR nº 184/2019.

8.33.6 Informações a constar na RRT e/ou ART:

- Objeto: Projeto de Escola com 12 salas de aula
- Área do programa arquitetônico: **3.257,90m²**;
- Responsável técnico pela área técnica de **Arquitetura**:
ATIVIDADE conforme Resolução CAUBR 21/2012: 3.1 Coordenação e Compatibilização
Serviço: Coordenação e compatibilização do projeto executivo completo e modelo paramétrico em BIM
Contratante: FDE
- Responsável(is) técnico(s) pela área técnica de **Arquitetura**:
Pode contemplar equipe para a mesma atividade
ATIVIDADE conforme Resolução CAUBR 21/2012: 1.1.2 Projeto arquitetônico
Serviço: Elaboração de projeto executivo de arquitetura e respectivo modelo paramétrico em BIM
Contratante: FDE
- Responsável técnico pela atividade de **Coordenação BIM**:
ATIVIDADE conforme Resolução CAUBR 21/2012: 3.1 Coordenação e Compatibilização
Serviço: Gerenciar a implementação do Plano de Execução BIM
Contratante: Contratada do presente contrato
- Responsável técnico pela área técnica de **Arquitetura**:
ATIVIDADE conforme Resolução CAUBR 21/2012: 1.3. Conforto Ambiental
Serviço: Consultoria em conforto térmico-luminoso com eficiência energética aderente à tecnologia BIM
Contratante: Contratada do presente contrato
- Responsável técnico pela área técnica de **Estrutura**:
Serviço: Elaboração de projeto executivo de estrutura e respectivo modelo paramétrico em BIM
Contratante: Contratada do presente contrato
- Responsável técnico pela área técnica de **Hidráulica**:
Serviço: Elaboração de projeto executivo de hidráulica e respectivo modelo paramétrico em BIM

Contratante: Contratada do presente contrato

- Responsável técnico pela área técnica de **Elétrica**:
necessariamente engenheiro eletricista, pois o projeto contempla média tensão
Serviço: Elaboração de projeto executivo de elétrica e respectivo modelo paramétrico em BIM
Contratante: Contratada do presente contrato
- Responsável técnico pela área técnica de **Ar-Condicionado**:
engenheiro mecânico ou profissional habilitado para elaboração de projeto de sistema de ar-condicionado
Serviço: Elaboração de projeto executivo de mecânica e respectivo modelo paramétrico em BIM
Contratante: Contratada do presente contrato

2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 929.184,86 (novecentos e vinte e nove mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), conforme custos unitários apostos ao ANEXO G - ESTIMATIVA DE CUSTOS (Pedido de Contratação – PC 46/00093/25 - DATA-BASE OUT/25).

3. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 3.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: 08046 – Fundação para o Desenvolvimento da Educação
 - II) Fonte de Recursos: 1.500.8.1001 – *Tesouro do Estado*
 - III) Programa de Trabalho: 12.368.0815.2494 - *Melhorias, Manutenção e Ampliação da Rede Física Escolar*
 - IV) Elemento de Despesa: 4.4.90.51.10
- 3.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

- ANEXO A** RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA
- ANEXO B** MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO PATRIMONIAL
- ANEXO C** MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE INFORMAR A FDE E COMPATIBILIZAR PROJETOS COM ALTERAÇÕES RESULTANTES DO PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO
- ANEXO D** PROGRAMA ARQUITETÔNICO
- ANEXO E** PLANO DE EXECUÇÃO BIM – PEB
- ANEXO F** ESTIMATIVA DE CUSTOS
- ANEXO G** TABELA DE HONORÁRIOS DA FDE

ANEXO A
RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA

ARQUITETURA (ARQ)

Formação profissional:

Nome da empresa:

CREA/CAU nº:

contato (e-mail):

Responsável técnico: (em nome de quem se comprova a capacitação técnico-profissional e autor da proposta técnica pontuada)

CREA/CAU nº:

PARA CADA MEMBRO DA EQUIPE DE ARQUITETURA, SE HOUVER

Formação profissional:

contato (e-mail):

responsável técnico (em nome de quem se comprova a capacitação técnico-profissional e autor da proposta técnica pontuada)

CREA/CAU nº:

COORDENADOR BIM

Formação profissional:

contato (e-mail):

responsável técnico:

CREA/CAU nº:

CONSULTOR DE CONFORTO TÉRMICO-LUMINOSO COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Formação profissional:

contato (e-mail):

responsável técnico:

CREA/CAU nº:

ESTRUTURA (EST)

Formação profissional:

contato (e-mail):

responsável técnico:

CREA/CAU nº:

HIDRÁULICA (HID)

Formação profissional:

contato (e-mail):

responsável técnico:

CREA/CAU nº:

ELÉTRICA (ELE)

necessariamente Engenheiro Eletricista

contato (e-mail):

responsável técnico:

CREA nº:

AR-CONDICIONADO (MEC)

necessariamente Engenheiro Mecânico ou profissional habilitado a elaborar projeto de ar-condicionado

contato (e-mail):

responsável técnico:

CREA/CAU nº:

Informamos que todos os componentes listados acima concordam com a proposta apresentada e se comprometem a participar da elaboração do projeto objeto desta Concorrência.

Certificado digitalmente pelo representante legal da empresa

**ANEXO B
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO PATRIMONIAL**

Eu (nome completo), profissional componente da equipe técnica da empresa (nome da pessoa jurídica), adjudicatária da Concorrência _____ da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, declaro como autor do projeto objeto desta licitação, ceder e transferir, para a construção, ampliação, adequação e reforma das escolas da rede pública estadual, meus direitos patrimoniais de autor do projeto objeto deste contrato, bem como a utilização do projeto que poderá eventualmente ser adaptado, ou revisado para implantação no mesmo terreno, bem como em outros terrenos destinados à unidades escolares da rede pública estadual, ou em virtude de replanejamento do Plano de Obra da FDE, ou determinação da Secretaria de Estado da Educação, na forma extensão e aplicação da legislação em vigor e da que vier a vigorar no futuro.

Assinatura de cada Autor relacionado no ANEXO A - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA

ANEXO C**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE INFORMAR A FDE E COMPATIBILIZAR PROJETOS COM
ALTERAÇÕES RESULTANTES DO PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO**

Declaramos, sob as penas da lei e para todos os fins e efeitos de direito que:

Nos projetos técnicos do Corpo de Bombeiros, os campos relativos ao “proprietário ou responsável pelo uso”, serão assinados pelos Diretores das escolas nas intervenções em prédios existentes, ou pelos Dirigentes de Ensino, na ausência daqueles e nas obras novas.

Por ocasião das vistorias aos prédios, orientaremos a Direção da escola sobre os campos que deverão ser assinados, e posteriormente enviaremos os documentos para assinatura às direções das escolas ou aos NOMs - Núcleo de Obras e Manutenção das Unidades Regionais de Ensino.

Ciente destes procedimentos, responsabilizar-nos-emos pelo atendimento e entrega à FDE de todos os *comunique-se* recebidos, bem como pela entrega dos projetos revisados de acordo com os referidos *comunique-se*.

(Assinatura)

Nome do responsável técnico e dos componentes da equipe técnica

CREA / CAU

ANEXO D
PROGRAMA ARQUITETÔNICO M11

10 SALAS DE AULA - ENSINO MÉDIO

Fonte: programas arquitetônicos, Julho 2022 (revisado em jan/23), site FDE

Ambientes Administrativos		área (m²)
Diretor		9,72
Vice-Diretor		9,72
Secretaria		32,40
Sala de Atendimento		12,96
Almoxarifado		12,96
Coordenador Pedagógico		12,96
Professores		64,80
Copa/Professores		12,96
Estúdio*		25,92
Conjunto Sanitários Adm		25,92
SUBTOTAL		220,32
Ambientes Pedagógicos		área (m²)
Salas de aula (10)		518,40
Sala de recursos		51,84
Espaço de Pesquisa, Leitura e Informação		77,76
Laboratório Química e Biologia + Sala de Preparo*	P30	77,76
Espaço Maker *	P08	77,76
Computação - 11 computadores	P17	51,84
Depósito de Material Pedagógico		12,96
SUBTOTAL		868,32
Vivência		área (m²)
Cozinha		32,40
Despensa		19,44
Refeitório		155,52
Cantina		9,72
Pátio Coberto		194,40
Grêmio		25,92
Quadra coberta		700,00
Deposito do Material de Educação Física		9,72
Conjunto Sanitários Alunos		64,80
Conjunto Vestiário Alunos		113,40
SUBTOTAL		1.325,32
Serviços		área (m²)
Depósito material de Limpeza		9,72
Conjunto Sanitário Funcionários		16,20
SUBTOTAL		25,92
TOTAL		2.439,88
área quadra + pátio		894,40
total menos área quadra + pátio		1.545,48
área de circulação 30%		463,64
ÁREA PROGRAMA ARQUITETÔNICO		2.903,52
Reposição da Quadra Coberta da Escola Existente		700,00
Construção de acesso entre escola existente e Quadra a rep		250,00
ÁREA TOTAL A PROJETAR (m²)		3.853,52

ANEXO E

PEB – PLANO DE EXECUÇÃO BIM

Introdução

A FDE está comprometida com a implementação da metodologia Building Information Modeling (BIM) para integrar de maneira eficiente setores, áreas e disciplinas. Por meio de ferramentas colaborativas, busca-se facilitar o compartilhamento de documentos de projetos e a gestão de conflitos. Essa abordagem viabiliza a coordenação avançada durante as diferentes fases do processo de projeto e obra, utilizando simulações precisas proporcionadas pelo BIM, mas também permite que o usuário acesse e visualize modelos, realize navegações em tempo real, otimizando assim o fluxo de trabalho e contribuindo significativamente para a redução de prazos e custos operacionais.

A implementação da metodologia BIM pela FDE também está alinhada com a modernização dos órgãos públicos e em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/2021, além dos Decretos Federais Nº 9.983/2019 e Nº 10.306/2020. Esta iniciativa visa aprimorar a transparência dos processos na construção civil. Nesse contexto, o presente trabalho utilizará as tecnologias e processos BIM para alcançar eficiência e qualidade na elaboração dos projetos e na execução das obras.

O Plano de Execução BIM - PEB é um documento essencial que estabelece as diretrizes para a execução, monitoramento, controle e verificação de um projeto através da metodologia BIM. Ele delinea como a metodologia BIM será implementada no projeto, incluindo responsabilidades, prazos, entregas, revisão de documentos e meios de troca de informações. Além disso, detalha o ambiente e os fluxos de trabalho acordados entre todas as partes colaboradoras envolvidas no desenvolvimento do projeto BIM, assegurando a coordenação eficiente dos trabalhos e dos diversos modelos que serão gerados e a ser aplicado no que cabível.

O objetivo geral da aplicação da metodologia BIM é otimizar o desenvolvimento de projetos pela Gerência de Desenvolvimento da Edificação (GDE), utilizando ferramentas e processos que permitam a extração colaborativa de informações. Essas informações irão responder e também alimentar as necessidades das áreas do ciclo construtivo: viabilidade, projeto, planejamento, orçamento e execução de obras de maneira eficiente.

O objetivo estratégico da utilização dos modelos BIM visa possibilitar:

- Modelagem detalhada para melhor visualização e decisões precisas, permitindo trabalho simultâneo em projetos, em que disciplinas como arquitetura, estrutura, elétrica, hidráulica, mecânica e outras, ajustem-se e melhorem a qualidade dos entregáveis com maior agilidade.
- Gestão de projetos colaborativa e integrada, oferecendo ferramentas para colaboração entre múltiplos usuários, facilitando a gestão integrada de informações cruciais como cronogramas, custos, materiais e mão de obra, garantindo assim a entrega pontual, dentro do orçamento e com a qualidade desejada.
- Redução de conflitos e melhor coordenação entre disciplinas, mitigando conflitos durante a execução das obras, permitindo melhor coordenação entre disciplinas como arquitetura, estrutura, elétrica e hidráulica. Detectar interferências precocemente no projeto ajuda a evitar atrasos e retrabalhos na execução.
- Eficiência com a utilização do desenho paramétrico em BIM, associado a informações físicas detalhadas como medidas e materiais, facilitando revisões.
- Os modelos BIM permitirão a transferência precisa e atualizada de informações, tornando o processo transparente e facilitando tomadas de decisões.
- Processos bem estruturados, garantindo que a equipe compreenda claramente suas atividades para alcançar metas e objetivos com maior produtividade.
- Gestão centralizada de documentos e comunicações, facilitando a administração dos processos.
- Automação das demandas operacionais para que as equipes se concentrem em decisões estratégicas e tarefas de maior valor.
- Os projetos em BIM irão auxiliar no desenvolvimento de possíveis reformas e adequações, formando um acervo técnico completo para futuras intervenções nas escolas.
- Com a modelagem detalhada em BIM e a capacidade de visualizar todos os elementos do projeto de forma integrada é possível entender a construção como o todo. A obra flui com mais facilidade evitando dúvidas ou erros de execução, mantendo o custo próximo ao previsto.

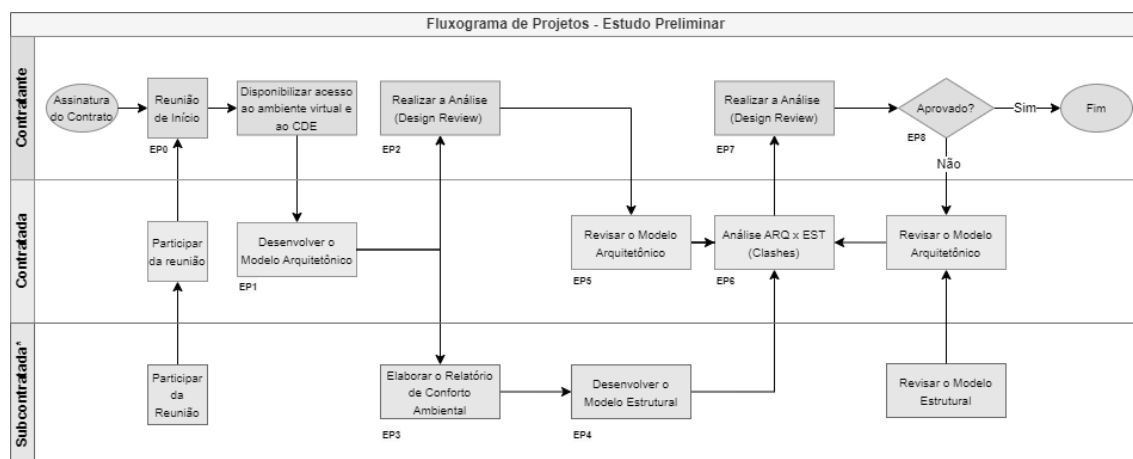
Atender à legislação, normas técnicas e especificações da FDE expressas em seus Produtos Técnicos.

Fluxo de Trabalho

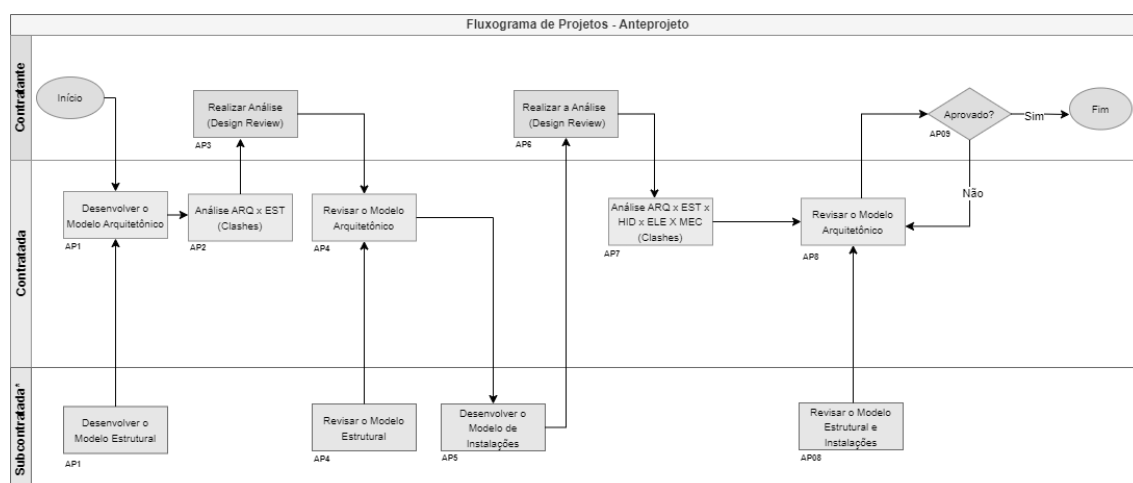
Manter entrega de projetos BIM assertiva e no prazo, com um quantitativo preciso para orçamentos e que possibilite mais facilidade para execução de obra.

Os fluxos iniciam a partir da assinatura do contrato e devem seguir conforme indicado abaixo, no que cabível:

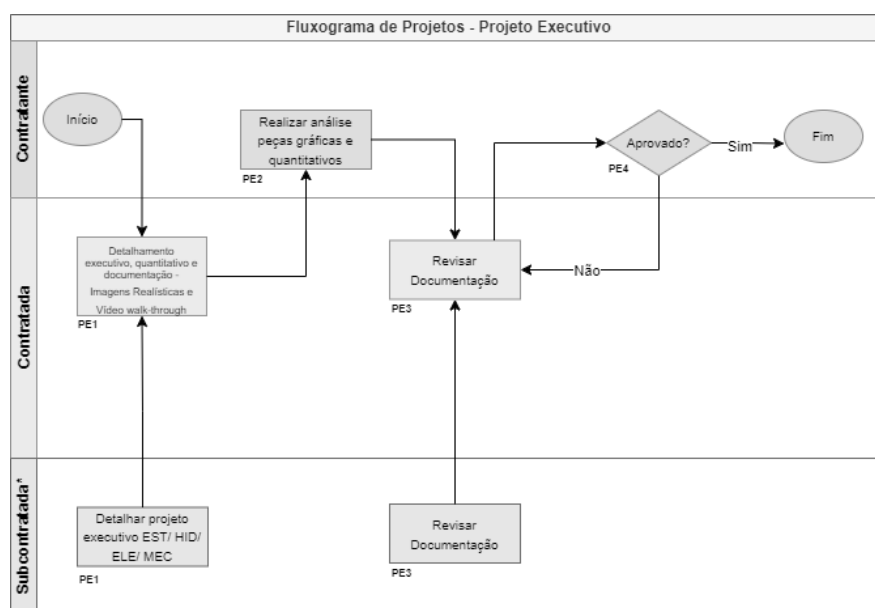
Fluxograma do Estudo Preliminar



Fluxograma do Anteprojeto



Fluxograma do Projeto Executivo



Processo BIM

Definições sobre a informação

As informações contidas na modelagem devem atender aos requisitos para gerar um quantitativo assertivo, todos os elementos presentes devem ter a informação conforme Catálogos e Listagem de Preços FDE para serem quantificadas com exatidão na tabela.

Informação de códigos de ficha devem estar presentes no parâmetro de Keynote das famílias modeladas. Em casos de modelagem de elementos novos, consultar a Coordenação de Análise para uma nova emissão de código, se for o caso.

Todos os elementos devem estar na fase de criada Construção Nova.

Para modelagens de elementos novos preencher no mínimo os parâmetros:

- Descrição: descrição; Ex: *Alvenaria de tijolo laminado à vista – e= 1 tijolo*
- Keynote: código do elemento; Ex: *S7-13*
- Assembly Code: código orçamentário; Ex: *04.01.020*
- Model: revisão 0 e data de emissão da família e versão do Revit. Ex: *R0_Data16/07/24_RVT2022*
- Type: FDE_XXX_Descrição_Categoria_Tipo_Dimensão (se necessário).
Ex: *FDE_S713_AlvenariaTijoloLaminadoVista_Alvenaria_1Tijolo_23cm*
Ex: *FDE_Pintura Externa_S1406_Tinta Latex*

Nas fases EP e AP será necessária uma entrega em DWF com as folhas para análise na etapa de Design Review.

Entregáveis e especificações conforme Termo de Referência.

Definições sobre o MODELO

O template e suas famílias disponibilizados pela FDE é de uso obrigatório para a elaboração dos projetos, qualquer exceção deve ser alinhada com a Coordenação de Análise.

Os modelos devem seguir as diretrizes conforme descrito a seguir:

Nível de Desenvolvimento e Entregáveis

Estudo Preliminar

Nível de Desenvolvimento (ND): Elementos modelados com precisão de LOD 200 a 300.

Entregáveis: Arquivo RVT, NWC e relatório de clashes, IFC e DWF.

Anteprojeto

Nível de Desenvolvimento (ND): Elementos modelados com precisão de LOD 300 a 350.

Entregáveis: Arquivo RVT, NWC e relatório de clashes, IFC e DWF.

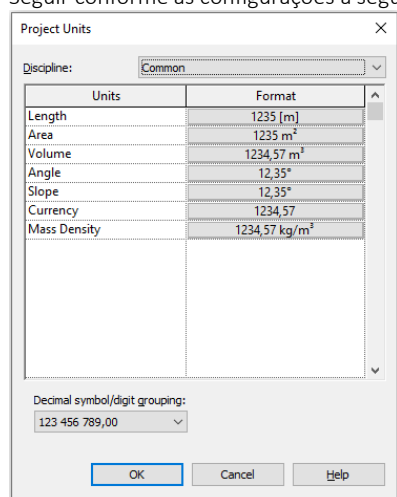
Projeto Executivo

Nível de Desenvolvimento (ND): Elementos modelados com precisão de LOD 400.


Entregáveis: Arquivo RVT, IFC, DWF e PDF.

Unidade de Medida

Seguir conforme as configurações a seguir:



Coordenadas: Ponto de Pesquisa

O ponto de pesquisa é o ponto de levantamento geográfico que traz para o projeto a informação do mundo real. A sua localização no projeto é dependente do terreno em si em que o projeto será construído ou projetado. No Revit o ícone é o .

As disciplinas deverão seguir o mesmo parâmetro de coordenadas.

Desta forma, o ponto de pesquisa irá ficar no ponto de origem.

Coordenadas: Ponto Base

O ponto base do projeto é um ponto de referência. No Revit, por exemplo é ele que indica o plano cartesiano, representado pelo símbolo



A arquitetura deverá definir o ponto de referência e as demais disciplinas deverão seguir o mesmo ponto base.

MODELO de vista e Filtros

Utilizar os modelos de vistas e filtros conforme template e diretrizes estabelecidos nos documentos técnicos FDE. Qualquer necessidade ou sugestão de alteração informar a FDE.

Documentação: tabelas, tags, anotações, detalhes e notas de projeto

Utilizar como referência o documento padrão com as Nomas de Apresentação de Projetos disponibilizado no site FDE, e diretrizes estabelecidos nos documentos técnicos FDE.

Toda modelagem deve ser documentada no Revit, caso necessário alguma modelagem em software open BIM a modelagem deve ser importada, por plugin ou arquivo de formato aberto para o Revit e a documentação deve ser executada nas Sheets do Revit.

Níveis

Seguir os níveis estipulados no template.

Elementos novos modelados

Na necessidade de modelar elementos novos verificar caderno orientativo para nomenclaturas de elementos.

Todos os elementos novos modelados devem ser compartilhados com a Contratante e farão parte do nosso Template para projetos futuros.

Troca de Informações e Modelos

Colaboração

A colaboração dos modelos e gestão de informações pertinentes aos projetos deverão ser concentradas em Ambiente Comum de Dados (CDE) ou ambiente designado pela FDE.

Nomenclatura de arquivos

As nomenclaturas de arquivos deverão seguir o padrão abaixo, considerando como caractere de separação *underline* entre os campos 1_2, 6_7.

CAMPO 1	CAMPO 2	CAMPO 3	CAMPO 4	CAMPO 5	CAMPO 6	CAMPO 7
XXXXXXX	NN	X	FF	XXXX	00	XX
Número do Padrão	Número do Lote	Letra Inicial de cada disciplina: A - Arquitetura E - Estrutura H - Hidráulica L - Elétrica I - Incêndio N - Inst.Mecânica	Fase de projeto: EP - Estudo Preliminar AP - Anteprojeto PE - Projeto Executivo	Número da Folha	00	Sequencial: DWG - 01 ART/RRT - 02 PDF - 03 DWF - 04 RVT - 05 IFC - 06 NWC - 07 JPEG - 08 MP4 - 09 XLS - 10

Exemplo: 1201108_01AEP000100_01

Comunicação

Toda a comunicação deve ser feita preferencialmente via CDE, evitando-se comunicações por e-mail. Qualquer dúvida ou problema deve ser comunicado em sua categoria de problema no CDE.

Em casos de uma outra solução ser designado que não seja CDE iremos combinar formas de comunicação.

Qualquer dúvida relacionada aos projetos e suas disciplinas devem ser comunicadas à Coordenação de Análise.

Gerenciamento de documentos e informações

Todos os documentos, projetos, laudos, relatórios, imagens, dentre outros devem ser armazenados no CDE ou ambiente designado.

A disponibilização de acesso no CDE ou ambiente designado será por parte da Contratante, cabendo a Contratada informar os participantes para liberação de acesso.

O licenciamento de acesso ao CDE ou ambiente designado fica por parte da Contratada.

Iremos trabalhar com o conceito de CDE da norma ABNT NBR ISO 19650 com os contêineres: em andamento, compartilhado e publicado.

Assim como, a periodicidade das publicações e atualizações de projetos em desenvolvimento.

Templates, manuais, guias orientativos e cadernos técnicos

Estão disponíveis no site da FDE.

Compatibilização BIM

A compatibilização de projetos em BIM é realizada com o MODELO Federado, isto é, um MODELO unificado de todas as disciplinas envolvidas no projeto, neste padrão iremos usar a solução do Navisworks, usar a ferramenta para fazer o clash detective. Os entregáveis serão o arquivo em formato .NWD e o relatório em formato .xlsx. A verificação será de hard clash.

As compatibilizações acontecerão no momento do design review. No EP deverão acontecer entre as disciplinas Arquitetura x Estrutura e no AP Arquitetura x todas as disciplinas envolvidas.

O objetivo desta etapa de trabalho é avaliar os problemas que poderão acontecer na fase de obras e já solucioná-los na etapa de projeto. Desta forma, todos os problemas detectados deverão ser solucionados para que o projeto possa avançar na etapa.

A obrigação da compatibilização é da Contratada e das Subcontratadas.

Será compartilhado um material sugestivo de trabalho.

Iremos utilizar um plugin para fazer a coordenação dos apontamentos/clashes/problemas/issues encontrados. Toda a comunicação referente a estes problemas deve ser centralizada no ambiente comum de dados ou ambiente designado pela FDE.

Este plugin poderá ser o Navisworks® Coordination Issues Add-In disponibilizado através do link: [Navis Issues](#) ou BIMcollab® BCF Manager for Autodesk® Navisworks®, disponibilizado através do link: [BFC Issues](#).

Quantitativos e orçamentos em BIM

O MODELO BIM será usado para orçamentação, portanto o quantitativo presente no MODELO deve ser preciso, não havendo elementos duplicados ou “voando” pelo projeto, esta verificação inicial é por parte da Contratada.

O quantitativo deve ser extraído conforme tabelas automáticas do template e estruturadas conforme um caderno de quantitativos anexo e entregues pela Contratada na fase executiva.

As tabelas quantitativas serão organizadas conforme código orçamentário. Os códigos estão nos parâmetros das famílias.

Gestão da Qualidade

Buscamos a padronização e qualidade dos modelos e padrões BIM, assim como, padrões já estabelecidos por normas de arquitetura e engenharia. Por isso, todos os modelos serão validados e acompanhados para que mantenham a qualidade para o atendimento de todo o ciclo construtivo: projeto, orçamentos, planejamento e obras.

Iremos avaliar na qualidade dos modelos BIM, as informações e as orientações de modelos solicitadas no PEB se estão presentes.

O objetivo é ter um MODELO preciso para quantificação, que gere um orçamento mais exato, que contenham informações necessárias para execução de obras e que não possua interferências que possam gerar aditivos ao longo da obra.

Modelagem de acordo com as normas técnicas de arquitetura e engenharia.

As verificações acontecerão no momento da análise (design review) pela Contratante. E ao longo do desenvolvimento do projeto e compatibilização (clashes) pelas disciplinas (contratadas), este é momento em que a disciplina irá absorver projeto publicado da outra disciplina para realizar verificações na sua própria modelagem. Sugerimos fazer esta absorção através do link do Revit (importação Origem para origem) e no Navisworks para validação dos hard clashes.

Entregáveis de cada Etapa

Considerar os entregáveis de cada etapa, bem como seus formatos de entrega e prazos conforme tabela a seguir:

Fase	Subfase	Entregáveis	Formatos
EP	EP0 – Reunião de Início	Ata de reunião	.pdf
	EP1 - Partido arquitetônico, MODELO com volumetria LOD 200 a 300	MODELO em Desenvolvimento	.RVT
	EP2 -Design review - (problemas normas, projeto e BIM)	Revisão de qualidade de modelos e projetos, comentários para ajustes da contratante.	.RVT; e.dwf
	EP3 – Consultoria de conforto ambiental - Análise e apontamentos.	Relatório	.pdf
	EP4 - MODELO Estrutural LOD 200 a 300	MODELO em Desenvolvimento	.RVT; ou .ifc
	EP5 - Análise Arquitetura x Estrutura (Clashes)	Compatibilização por parte da contratada - MODELO Federado ARQ/EST/ Relatório de Clashes	.nwc e.xmls BFC ou Issues CDE ou designado
	EP6 -Design review - (problemas normas, projeto e BIM)	Revisão de qualidade de modelos e projetos, comentários para ajustes da contratante.	.RVT, ifc. e.dwf (Contratada) CDE ou designado (Contratante)
	EP7 – Aprovação	MODELO BIM – Final Etapa pela contratada e aprovação pela contratante.	.RVT; dwf; e .ifc
AP	AP1 - Desenvolvimento do AP ARQE EST	MODELO em Desenvolvimento	.RVT e ifc.
	AP2 - Conferência ARQ X EST (Clashes)	Compatibilização por parte da contratada - MODELO Federado ARQ/EST/ Relatório de Clashes	.nwc e.xmls BFC ou Issues CDE ou designado
	AP3 - Design review - (problemas normas, projeto e BIM)	Revisão de qualidade de modelos e projetos, comentários para ajustes da contratante.	.RVT; ifc; e.dwf (Contratada) CDE ou designado (Contratante)
	AP4 – Revisão	MODELO em Desenvolvimento	.RVT; e .ifc
	AP5 - Desenvolvimento de Instalações (Elétrica, Hidráulica, Climatização e PPCI)	MODELO em Desenvolvimento	.RVT;
	AP6 - Design review - (problemas normas, projeto e BIM)	Revisão de qualidade de modelos e projetos, comentários para ajustes da contratante.	.RVT, ifc. e.dwf (Contratada) CDE ou designado (Contratante)
	AP7 - Conferência ARQ X EST X MEP (Clashes)	Compatibilização por parte da contratada - MODELO Federado ARQ/EST/MEP Relatório de Clashes	.nwc e.xmls BFC ou Issues CDE ou designado
	AP8 - Revisão	MODELO em Desenvolvimento	.RVT; e .ifc
	AP09 - Aprovação	MODELO BIM – Final Etapa pela contratada e aprovação pela contratante.	.RVT; .dwf e .ifc
PE	PE1 - Detalhamento executivo, quantitativo e documentação - Imagens Realísticas e Vídeo walk-through	Peças gráficas, detalhamento e tabelas.	RVT, ifc. Dwf .mp4; .jpeg
	PE2 - Análise	Verificação da qualidade por parte da contratante	.RVT, ifc. e.dwf (Contratada) CDE ou designado (Contratante)
	PE3- Revisão	Revisão de documentação	RVT., ifc. dwf
	PE4 - Aprovação	Aprovação final por parte da contratante	.pdf; .dwf; .p7s; .ifc; .RVT

Requisitos tecnológicos

Softwares e Licenciamento

Adotar softwares e licenças regulares versão mínima 2023

Documentos e Normas de Referência

Os projetos deverão ser elaborados de acordo com as normas da ABNT, bem como os produtos técnicos da FDE disponíveis no site. Usamos como referência BIM os seguintes documentos:

- ABNT NBR ISO 19650 Organização e digitalização da informação acerca de trabalhos da construção - Gestão da informação usando a modelagem da informação da construção (BIM), parte 1 e parte 2, 2022.
- ABNT NBR ISO 12006-2 - Construção de Edificação - Organização de Informação da Construção – Parte 2
- ABNT PR 1015_2022 – Ambiente comum de dados (CDE)
- ABNT NBR ISO 16354/18 - Diretrizes para bibliotecas de conhecimento e bibliotecas de objetos
- ABNT NBR ISO 16757-1/18 - Estruturas de dados para catálogos eletrônicos de produtos para sistemas prediais. Parte 1: Conceitos, arquitetura e MODELO.
- ABNT NBR ISO 16757-2/18 – Estrutura de dados para catálogos eletrônicos de produtos para sistemas prediais. Parte 2: Geometria.
- Guias de contratação BIM- BIM Fórum Brasil.

Demais usos de arquitetura e engenharia, seguir todas as normas brasileiras vigentes.

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO F



Nº Lic. SIASG: 90410

ESTIMATIVA DE CUSTOS
FUNDAMENTADA NA TABELA DE HONORÁRIOS FDE2F25F1D951
Nº SEI: 229.00017919/2025-98
Nº SP sem Papel:

PEDIDO DE CONTRATAÇÃO 46/00093/25

Data de Emissão: 16/12/2025



Obra



Projeto



Serviço



Aquisição



Outros

Objeto de contratação: Tipo do PC: 1 - Convencional

UGE: 081108

PROJETO EXECUTIVO DE OBRA NOVA

Justificativa:

Após alinhamento entre SEDUC e FDE definiu-se pelo prosseguimento da contratação dos projetos especiais para as "Novas Escolas". Esta proposta está alinhada ao Planejamento Estratégico 2025-2027 da FDE, no exercício de cumprimento do objetivo de entregar infraestrutura, suprimentos e serviços com qualidade e celeridade, propiciando um ambiente de aprendizagem de excelência.

Local da execução/entrega:

AVENIDA SÃO LUIS, 99, REPÚBLICA, CEP: 01.046-001 - SÃO PAULO

Equipamentos/Materiais/Serviços

Item	Prazo (Dias)	Especificações	Valor Estimado
			Total
1	240	ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA, COORDENAÇÃO, COMPATIBILIZAÇÃO E FORNECIMENTO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ESTRUTURA, HIDRÁULICA, ELÉTRICA E MECÂNICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	894.356,04

Nº PI: 2025/00152

Plano: Expansão

Orgão Executor: FDE

Data Base:

Programa Principal: Novas Escolas

Código: 9168

Local: SÃO PAULO / VILA MEDEIROS

De: NORTE 2

Unidade Escolar: TERRENO JD CACHOEIRA II

Endereço: RUA ANA DO SACRAMENTO ANDRADE, S/N

Bairro: JD CACHOEIRA

Descrição do Detalhe do Item		Especificações	Quantidade	Valor
1.01.02 Obra Nova Área: 3.853,52 m²				
1.01.02.01 Elétrica		3.853,52m²	1	51.182,03
1.01.02.03 Paisagismo		3.853,52m²	1	7.027,85
1.01.02.04 Arquitetura		3.853,52m²	1	230.224,78
1.01.02.05 Estrutura		3.853,52m²	1	131.892,17
1.01.02.06 Hidráulica		3.853,52m²	1	45.270,41
1.01.02.07 Estrutura Pré-Fabr. 30%		3.853,52m²	1	39.507,95
1.04.01 Remuneração por Prancha Técnica				
1.04.01.02 Estrutura		PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA METÁLICA	4	25.309,12
1.04.01.03 Hidráulica		PROJETO EXECUTIVO DE SISTEMA DE APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS	2	7.293,02
1.04.01.04 Elétrica		PROJETO EXECUTIVO DE ENTRADA DE ENERGIA EM MÉDIA TENSÃO (1) + SISTEMA FOTOVOLTAICO (2)	3	15.792,27
1.04.01.05 Mecânica		PROJETO EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO POR AR CONDICIONADO	4	21.050,30
1.04.02 Remuneração por Hora Técnica				
1.04.02.01 Eng./ Arq. Consultor		ARQUITETURA: CONFORTO TÉRMICO-LUMINOSO COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	48	20.037,12
1.04.02.05 Eng./ Arq. Senior A		COMPLEMENTO BIM ARG (216) + EST (132) + HID (30) + ELE (48) + INC (8) + MEC (12)	450	100.924,50
1.04.02.07 Eng./ Arq. Senior C		ARQUITETURA: PROJETO DE SINALIZAÇÃO	24	7.010,04
1.04.02.08 Eng./ Arq. Junior A		ARQUITETURA: CONFORTO TÉRMICO-LUMINOSO COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (32) + LAYOUT (10)	48	13.304,88
1.04.02.13 Coordenação do Projeto			1	68.200,04

Item	Prazo (Dias)	Especificações	Valor Estimado
			Total
2	240	FORNECIMENTO DO PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO APROVADO PELO CORPO DE BOMBEIROS	7.874,15

Nº PI: 2025/00152

Plano: Expansão

Orgão Executor: FDE

Data Base:

Programa Principal: Novas Escolas

Código: 9168

Local: SÃO PAULO / VILA MEDEIROS

De: NORTE 2

Unidade Escolar: TERRENO JD CACHOEIRA II

Endereço: RUA ANA DO SACRAMENTO ANDRADE, S/N

Bairro: JD CACHOEIRA

Descrição do Detalhe do Item		Especificações	Quantidade	Valor
1.01.02 Obra Nova Área: 3.853,52 m²				
1.01.02.02 Incêndio		3.853,52m²	1	7.874,15

Item	Prazo (Dias)	Especificações	Valor Estimado
			Total
3	240	FORNECIMENTO DO PROJETO DE ENTRADA EM MÉDIA TENSÃO APROVADO PELA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA	3.171,12

ESTIMATIVA DE CUSTOS
FUNDAMENTADA NA TABELA DE HONORÁRIOS FDE

Fundação para o Desenvolvimento da Educação			Pedido de Contratação - Nº: 46/00093/25	
Nº PI: 2025/00152		Data Base:		
Plano: Expansão		Programa Principal: Novas Escolas		
Orgão Executor: FDE				
Código: 9166		Local: SÃO PAULO / VILA MEDEIROS		De: NORTE 2
Unidade Escolar: TERRENO JD CACHOEIRA II				
Endereço: RUA ANA DO SACRAMENTO ANDRADE, S/N				
Bairro: JD CACHOEIRA				
Descrição do Detalhe do Item		Especificações	Quantidade	Valor
1.04.02 Remuneração por Hora Técnica				
1.04.02.00 Eng./ Arq. Senior B			8	3.171,12
Item	Prazo (Dias)	Especificações	Valor Estimado	
			Total	
4	240	FORNECIMENTO DO PROJETO LEGAL PARA APROVAÇÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL	23.783,55	
Nº PI: 2025/00152		Data Base:		
Plano: Expansão		Programa Principal: Novas Escolas		
Orgão Executor: FDE				
Código: 9166		Local: SÃO PAULO / VILA MEDEIROS		De: NORTE 2
Unidade Escolar: TERRENO JD CACHOEIRA II				
Endereço: RUA ANA DO SACRAMENTO ANDRADE, S/N				
Bairro: JD CACHOEIRA				
Descrição do Detalhe do Item		Especificações	Quantidade	Valor
1.04.01 Remuneração por Prancha Técnica				
1.04.01.01 Arquitetura			3	23.783,55
TOTAL GERAL: 929.184,86				

TABELA DE HONORÁRIOS

EM VIGOR A PARTIR DE 14/11/2025

CRITÉRIOS PARA CÁLCULO DE HONORÁRIOS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO ESCOLAR

Os honorários serão calculados de acordo com a tabela a seguir, onde serão utilizados os seguintes indicadores:

- V = valor em reais (R\$) calculado pela FDE para elaboração do serviço;
A = área de construção/intervenção sem beiral (entre eixos);
un = unidade de serviço
C = **R\$ 3.171,14/m²** (fixo e irrevogável) preço médio, em reais (R\$), por m² (metro quadrado) de construção de uma edificação escolar (obra virtual), conforme "Orçamento Médio Geral", (BDI = 0%) emitido pela FDE
mês base: **Out/25**
R\$ / km = **R\$ 1,7997** valor do reembolso de quilometragem (efetuando as atualizações periódicas sempre que forem estipuladas pela FDE).

1. Elaboração de Projetos

1.1. Projeto Convencional

		tipo de obra	
		ampliação	obra nova
Projeto de Arquitetura	- ARQ	V=1,25.C. √A	V=1,20.C. √A
Projeto de Estrutura	- EST	V=0,69.C. √A	V=0,67.C. √A
Projeto de Hidráulica	- HID	V=0,25.C. √A	V=0,23.C. √A
Projeto de Elétrica	- ELE	V=0,28.C. √A	V=0,26.C. √A
Projeto de Incêndio	- INC	V=0,04.C. √A	V=0,04.C. √A
Projeto de Paisagismo	- PAI	V=2,50.C	V=2,50.C

Nos valores acima estabelecidos estão incluídas as vistorias necessárias para a elaboração dos respectivos projetos.

Para os projetos de obra nova será considerada a área do programa arquitetônico. Para os projetos de ampliação será considerada a área efetivamente projetada.

1.2. Projeto Padrão

1.2.1. Bloco único

Valores a serem pagos para áreas de programa igual ou acima de 450m²

Projeto de Arquitetura	V	=	6,50.C
Projeto de Hidráulica	V	=	2,20.C
Projeto de Elétrica	V	=	2,20.C
Projeto Completo	V	=	10,90.C

1.2.2. Blocos componíveis

Valores a serem pagos para áreas de programa igual ou acima de 450m²

Projeto de Arquitetura	V	=	8,00.C
Projeto de Estrutura	V	=	1,80.C

Projeto de Hidráulica	V	=	2,60.C
Projeto de Elétrica	V	=	2,60.C
Projeto Completo	V	=	15,00.C

Para áreas de programa até 449m² considerar 70% dos valores estabelecidos acima.

Nos valores acima estabelecidos estão incluídas as vistorias necessárias para a elaboração dos respectivos projetos.

1.3. Etapas de Avaliação de Projetos

EP estudo preliminar 15% de ARQ

AP anteprojeto 35% de ARQ + 50% de EST / HID / ELE

PE projeto executivo 50%

- 1.4. Os serviços a serem prestados que não se enquadrarem nos itens aqui especificados poderão, a critério da FDE, ser remunerados por prancha técnica ou hora técnica.

1.4.1. Remuneração por m² de prancha técnica

Projeto de Arquitetura	V	=	2,50.C
Projeto de Estrutura	V	=	2,00.C
Projeto de Hidráulica	V	=	1.15.C
Projeto de Elétrica	V	=	1,66.C

1.4.2. Remuneração por hora técnica

Eng./Arq. Consultor	V	=	0,175.C
Eng./Arq. Sênior A	V	=	0,138.C
Eng./Arq. Sênior B	V	=	0,125.C
Eng./Arq. Sênior C	V	=	0,100.C
Eng./Arq. Júnior A	V	=	0,088.C
Eng./Arq. Júnior B	V	=	0,063.C
Eng./Arq. Júnior C	V	=	0,038.C
Projetista A	V	=	0,088.C
Projetista B	V	=	0,063.C
Desenhista A	V	=	0,044.C
Desenhista B	V	=	0,025.C
Desenhista Auxiliar.....	V	=	0,019.C

2. Serviços Complementares

2.1. Vistoria	V	=	0,67.C
2.2. Levantamento Cadastral	V	=	0,0012.C.A
Remuneração Mínima	V	=	0,50.C
2.3. Estadia	V	=	0,67.C

Valor a ser pago somente para localidades fora da Capital e da Grande São Paulo.

2.4. Transporte

Para distâncias acima de 30 km a partir do município sede da FDE, por valor por quilometro estabelecido pela FDE, para reembolso de quilometro a ser percorrido (só ida) será paga a importância de duas vezes a quilometragem aos usuários de veículos próprios, a serviço da FDE.

2.5. Parecer técnico sobre Fundações V = 0,83.C

2.6. Serviços de Levantamento Quantitativo V = 0,0013.C.A

Remuneração mínima V = 1,00.C

O valor acima compreende a elaboração do serviço completo de levantamento quantitativo, incluindo as áreas técnicas de arquitetura, estrutura, instalações hidráulicas e elétricas.

2.7. Prospecção do Sub-Solo

2.7.1. Sondagem

Serão pagos os metros lineares efetivamente perfurados (m), considerando-se uma remuneração mínima de 40m.

Perfuração V = 0,055.C.m

2.7.2. Instalação V = 2,00.C

2.7.3. Transporte de Equipamento

Para distâncias acima de 30 km a partir da sede da FDE, por quilometro a ser percorrido (só ida), será paga a importância de dez vezes o valor por quilometro estabelecido pela FDE, para reembolso de quilometragem aos usuários de veículos próprios, a serviço da FDE.

ANEXO II
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PEDIDO DE CONTRATAÇÃO FDE Nº 46/00093/25/01

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90410/2025

FDE-SEI – 229.00017919/2025-98

A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, com sede a Avenida São Luis, 99 – Bairro: República, na cidade de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.509.015/0001-01**, doravante designado(a) “CONTRATANTE”, neste ato representada por seu Presidente Sr. _____, portador do CPF nº _____ e, pelo **Diretor de Obras e Serviços Sr.** _____, portador do CPF nº _____ e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº 90410/2025** mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de **serviços especiais de arquitetura e engenharia para elaboração do projeto executivo** de arquitetura, coordenação, compatibilização e fornecimento dos projetos executivos de estrutura, hidráulica, elétrica, mecânica, com modelo em BIM, bem como o projeto de segurança contra incêndio aprovado pelo corpo de bombeiros, o projeto de entrada em média tensão aprovado pela concessionária de energia elétrica e o projeto legal para aprovação pela prefeitura municipal, para construção de obra nova de 10 salas de aula, para o seguinte imóvel, conforme detalhamento e especificações técnicas do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do Pedido de Contratação em epígrafe.

PRÉDIO(S) / ENDEREÇO(S)	CÓDIGO	PRAZO DE EXECUÇÃO (DIAS)	ITENS
TERRENO JD CACHOEIRA II RUA ANA DO SACRAMENTO ANDRADE, S/N - CEP: 02289-000 - JD CACHOEIRA - SÃO PAULO-SP	00.09.166	240	1 – Elaboração do Projeto Executivo
		240	2 - Fornecimento do Projeto de Segurança contra Incêndio
		240	3 – Projeto de entrada em média tensão
		240	4 – – Fornec. do projeto legal p/aprovação Prefeitura Municipal

- 1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:
- 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado; e
 - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. O regime de execução será de empreitada por **preço unitário**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **390 (trezentos e noventa) dias** contados a partir da data de assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
 - 2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do contratado:
 - 2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
 - 2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. É admitida a subcontratação dos profissionais responsáveis técnicos pelo fornecimento de consultorias em conforto ambiental e de projetos executivos das áreas técnicas de estrutura, hidráulica, elétrica e mecânica, a serem indicados no **ANEXO 1 - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA**, como adequados e disponíveis para a elaboração do objeto.
- 4.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
 - 4.1.2. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

- 4.1.2.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;
- 4.1.2.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;
- 4.1.2.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.2.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;
- 4.1.2.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;
- 4.1.2.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.
- 4.1.3. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.
- 4.1.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....), conforme demonstrado a seguir:

PRÉDIO	ITENS	VALOR - R\$
TERRENO JD CACHOEIRA II RUA ANA DO SACRAMENTO ANDRADE, S/N - CEP: 02289-000 - JD CACHOEIRA - SÃO PAULO-SP	1 – Elaboração do Projeto Executivo	
	2 - Fornecimento do Projeto de Segurança contra Incêndio	
	3 – Projeto de entrada em média tensão	
	4 – – Fornec. Do projeto legal p/aprovação Prefeitura Municipal	
TOTAL GERAL		

- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no *Termo de Referência*, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.
- 7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas no mês de **outubro** do ano de **2025** motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.
- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços de Obras Públicas – Índice de Preços de Edificações – Escolas, elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas FIPE e publicado pela Secretaria de Estado de Fazenda de São Paulo D.O.E., exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas deste instrumento, o Edital da licitação e os termos de sua proposta.
- 8.1.2. Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à execução do objeto do contrato;

- 8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o cronograma físico-financeiro e os termos deste ajuste;
- 8.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou prestadores de serviço especialmente designados;
- 8.1.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.6. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar, em tempo hábil, de modo a não prejudicar o andamento dos trabalhos;
- 8.1.7. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.
- 8.1.8. **Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra.**
- 8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- 8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.1.1. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
 - 9.1.2. Substituir qualquer integrante de sua equipe, cuja permanência no serviço for considerada inconveniente e/ou incapacitada, no prazo determinado pelo CONTRATANTE;
 - 9.1.3. Fornecer ao CONTRATANTE os dados técnicos de seu interesse e prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados;
 - 9.1.4. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas aplicáveis por ocasião da assinatura do contrato; caso haja modificação dos dados durante a elaboração do projeto, devem ser entregues os documentos retificadores, dentro do prazo contratual.
 - 9.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE os direitos de propriedade intelectual referentes aos produtos, projetos, soluções e documentos congêneres desenvolvidos pela CONTRATADA e seus subcontratados, inclusive sobre eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, permitindo ao CONTRATANTE distribuí-los, alterá-los e utilizá-los sem limitações;
 - 9.1.6. Não efetuar quaisquer alterações, supressões ou acréscimos dos serviços contratados sem que haja o devido aditamento contratual;

- 9.1.7. Obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- 9.1.8. Organizar-se técnica e administrativamente, de modo a cumprir com eficiência o objeto deste contrato;
- 9.1.9. Realizar os trabalhos de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações Federal, Estadual e Municipal e a quaisquer ordens ou determinações do poder público, inclusive a sua aprovação por quaisquer órgãos que assim o exijam;
- 9.1.10. Elaborar o projeto de acordo com os Catálogos Técnicos e Normas de Apresentação de Projetos da FDE, disponibilizados no site www.fde.sp.gov.br.
- 9.1.11. Elaborar o projeto de acordo com a legislação ambiental no que diz respeito à área de proteção aos mananciais, supressão de vegetação e interferências em áreas de proteção permanente, sendo de sua responsabilidade a entrega, na FDE, juntamente com o Projeto Executivo, do protocolo de entrada do processo para aprovação do empreendimento na Secretaria Estadual do Meio Ambiente, ou órgãos correlatos das Prefeituras Municipais e do parecer de viabilidade do empreendimento, a ser expedido por esses órgãos.
- 9.1.12. Aprovar o projeto junto à Prefeitura Municipal, desde que a solicitação conste no Termo de Referência – Anexo I.
- 9.1.13. Compatibilizar os projetos executivos de todas as áreas técnicas com o Projeto Técnico de Segurança contra Incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros, incluindo emissão de novos originais e arquivos digitais, com as alterações devidamente identificadas conforme Normas de Apresentação FDE.
- 9.1.14. Permitir e facilitar à FDE o acompanhamento e verificação dos serviços em realização, cuja análise será feita via WEB o que não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades;
- 9.1.15. Uma vez assinado o contrato, a Contratada será cadastrada em Sistema de Análise de Projetos, no qual deverá fazer o upload dos arquivos eletrônicos correspondentes aos produtos contratuais em cada etapa conforme descritos no Termo de Referência e em função dos prazos previstos no Cronograma. Os produtos entregues serão analisados pela FDE, consistindo na análise da verificação do atendimento às condições e Termo de Referência integrantes do presente Contrato, às Normas, catálogos técnicos e Manuais da FDE, às normas técnicas e à legislação vigente. A FDE fará anotações sobre o que eventualmente deva ser atendido pela Contratada e encaminhará o projeto para revisão. A despeito dos períodos de análise e revisão previstos no cronograma, cada etapa somente será considerada cumprida quando atendidas todas as solicitações feitas nas análises até as aprovações intermediárias e final.
- 9.1.16. Ficará de inteira responsabilidade do arquiteto contratado a compatibilização e gestão entre as áreas técnicas envolvidas no projeto: arquitetura, estrutura, hidráulica e elétrica, bem como as áreas relacionadas.
- 9.1.17. Refazer, às suas expensas, os serviços executados com erro ou imperfeição técnica, salvo se decorrentes de informação errônea da FDE, sem prejuízo das multas contratuais;
- 9.1.18. Aceitar e cumprir o programa arquitetônico, as especificações, levantamentos e elementos fornecidos pela FDE;
- 9.1.19. Elaborar o projeto de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste contrato;

- 9.1.20. Responsabilizar-se direta e exclusivamente pelos projetos de que foi encarregada, inclusive por sua exequibilidade, bem como responder pelos danos que venha, direta ou indiretamente causar à FDE ou a terceiros;
- 9.1.21. Responsabilizar-se por infração direta ou por uso de processos protegidos por marcas e patentes, respondendo neste caso pelas consequências, ressalvados quando constatarem dados ou documentos fornecidos pela FDE.
- 9.1.22. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.1.23. Utilizar, no desenvolvimento dos serviços, softwares originais com licenças de uso legalizadas e válidas.
- 9.1.24. Todas as pranchas, relatórios, memórias, deverão ser enviados assinados de acordo com os padrões de assinatura digital definidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI para a Infraestrutura de Chaves Públicas do Brasil - ICP-Brasil. A assinatura digital do documento deve estar de acordo com o DOC-ICP-15 "Assinaturas Digitais ICP-Brasil", e conforme especificação do ITI presente neste documento, deve seguir padrão CMS-CADES de assinatura. Caso o projeto de arquitetura seja elaborado em equipe, todos os profissionais deverão assinar todos os produtos contratuais da área técnica de arquitetura.
- 9.1.25. Constituir sua equipe de trabalho conforme a apresentada no **ANEXO 1 - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA**, que faz parte integrante e complementar do presente contrato.
- 9.1.26. Substituir, sempre que solicitado pela FDE, qualquer profissional da equipe de trabalho por outro profissional de qualificação equivalente, previamente aprovado pela solicitante.
- 9.1.27. Nos projetos técnicos do Corpo de Bombeiros, os campos relativos ao "proprietário ou responsável pelo uso", obter assinatura dos Diretores das escolas nas intervenções em prédios existentes, ou dos Dirigentes de Ensino, na ausência daqueles e nas obras novas. Sugere-se que a Direção seja contatada por ocasião da obtenção das assinaturas.
- 9.1.28. Orientar, por ocasião das vistorias aos prédios, a Direção da escola sobre os campos que deverão ser assinados, e posteriormente enviar as pastas para assinatura pelo SEDEX - Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias dos Correios, às direções das escolas ou aos NOMs - Núcleo de Obras e Manutenção das Diretorias de Ensino, incluindo envelope selado para devolução das mesmas.
- 9.1.29. Colher pessoalmente as assinaturas por ocasião do protocolo das pastas no Corpo de Bombeiros.
- 9.1.30. Responsabilizar-se pela entrega à FDE de todos os comunique-se recebidos, bem como pela entrega dos projetos revisados de acordo com os referidos comunique-se.
- 9.1.31. Informar a FDE e compatibilizar projetos com alterações resultantes do processo de aprovação do projeto técnico, que deverão estar assinados por todos os componentes da equipe técnica conforme **ANEXO 1 - RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS COMPONENTES DA EQUIPE TÉCNICA**, que faz parte do presente contrato.
- 9.1.32. À FDE é facultado introduzir modificações nos serviços, objeto deste contrato, desde que consideradas imprescindíveis, antes ou durante a execução. Se as modificações provocarem alguma alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente tal fato à FDE, para que eventuais divergências venham a ser sanadas de comum acordo, bem como para possibilitar à FDE a análise quanto a necessidade de aditamento.
- 9.1.33. Toda alteração de objeto, quantitativa ou qualitativa, será previamente formalizada por meio da celebração de Termo Aditivo, respeitadas as disposições legais. É nula a alteração determinada

por ordem verbal da CONTRATANTE, ainda que proveniente da autoridade competente para autorizar a celebração do Termo Aditivo.

- 9.1.34. Conforme Anexo 2 - **MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO PATRIMONIAL** a Contratada, declarando ser a autora do projeto objeto deste contrato, cede e transfere, para a construção, ampliação, adequação e reforma das escolas da rede pública estadual, seus direitos patrimoniais de autor do projeto discriminados nos itens seguintes, bem como a utilização do projeto que poderá eventualmente ser adaptado, ou revisado para implantação no mesmo terreno, bem como em outros terrenos destinados à unidades escolares da rede pública estadual, ou em virtude de replanejamento do Plano de Obra da FDE, ou determinação da Secretaria de Estado da Educação, na forma extensão e aplicação da legislação em vigor e da que vier a vigorar no futuro.
- 9.1.35. Com a presente alienação, passam à FDE, por definitiva transferência, todos os direitos e faculdades que no seu conjunto constituem o direito patrimonial do Contratado, sobre o projeto realizado, em todo os seus aspectos, manifestações e aplicações diretas ou indiretas, modificações, adaptações, extensões e aplicações que forem necessárias para o exercício dos direitos cedidos, a exclusivo arbítrio da FDE.
- 9.1.36. O projeto executivo completo e complementares de engenharia, assim como a sondagem, parecer técnico de fundação, levantamento quantitativo, dados, pesquisas, relatórios, quaisquer outros levantamentos, ou documentos elaborados ou copiados pela CONTRATADA em decorrência deste contrato, serão de propriedade exclusiva da FDE, que poderá cedê-los a qualquer sociedade filiada, presente ou futuramente.
- 9.1.37. Fica assegurado à CONTRATADA, o direito de conservar em seus arquivos, os registros e as cópias dos documentos acima referidos exclusivamente para fins de consulta interna.
- 9.1.38. Caso haja mais de um profissional responsável técnico pela mesma área técnica, os nomes deverão ser relacionados como integrantes da equipe técnica, e delimitada a extensão da responsabilidade de cada profissional.
- 9.1.39. Rescindido este contrato, a FDE poderá fazer uso dos projetos e serviços complementares, no estágio em que se encontrarem, da forma e à época que julgar adequada, livre de qualquer ônus quanto aos direitos autorais, podendo reimplantá-los qualquer número de vezes, ou ainda, confiar a conclusão dos mesmos a quem entender conveniente, sem consulta à CONTRATADA.
- 9.1.40. Em caso de rescisão contratual, passarão a ser propriedade da FDE os serviços elaborados pela CONTRATADA e já pagos pela FDE até a data rescisória.
- 9.1.40.1. No caso de rescisão pela não disponibilização, por parte da FDE, dos seus catálogos técnicos atualizados em consonância com as necessidades do projeto contratado e, portanto, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.
- 9.1.41. Serão de propriedade exclusiva do CONTRATANTE os relatórios, mapas, croquis, desenhos técnicos, diagramas, planos estatísticos e quaisquer outros documentos elaborados pela CONTRATADA para a execução do objeto por ela executado
- 9.1.42. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que

- desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.43. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.46. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.1.47. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.
- 9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:
- 9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.**
- 9.5. O Contratado deverá cumprir as disposições constantes no Código de Ética e de Conduta da FDE vigente, disponível no site www.fde.sp.gov.br, sob pena das sanções previstas pelo seu descumprimento.**

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de

2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XII)

11.1. A CONTRATADA ofereceu, a título de garantia do contrato e conforme o artigo 98 da Lei Federal nº 14.133/2021, o montante de 3% (três por cento) do valor do mesmo.

11.1.1. Nos casos em que o valor da proposta da licitante vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado pela FDE, será exigida da CONTRATADA garantia adicional correspondente à diferença entre esse valor estimado e o valor da proposta apresentada, sem prejuízo da garantia prevista no subitem anterior e das demais exigíveis na forma da legislação vigente.

11.2. Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, a CONTRATADA será notificada através de correspondência simples, para, no prazo de 3(três) dias úteis, complementar o valor caucional. A não apresentação da cobertura da garantia importará em rescisão contratual. À FDE cabe descontar da garantia toda a importância que, a qualquer título, lhe for devida pela CONTRATADA.

11.3. A não prestação da garantia de execução equivale à recusa injustificada para a assinatura do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando a adjudicatária às sanções previstas e demais normas pertinentes.

11.4. O saldo da garantia prestada será liberado, ou restituído, até 15 (quinze) dias após a emissão do Termo de Encerramento das Obrigações Contratuais (TEOC).

11.5. No caso de alteração contratual que resulte em acréscimo no preço total da obra e/ou prorrogação de prazo, a contratada deverá complementar o valor caucional em correspondência ao acréscimo de preço ocorrido e/ou prorrogar seu prazo de validade. A complementação da caução será pré-condição para assinatura do Termo Aditivo.

11.6. Modalidades. A adjudicatária poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

11.6.1. Dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor da Unidade Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

11.6.2. Títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.6.3. Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.6.4. Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, a adjudicatária poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados abaixo.

11.6.5. Cobertura. A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.6.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto;

11.6.5.2. prejuízos diretos causados à Unidade Contratante decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do objeto;

11.6.5.3. multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pela Unidade Contratante à contratada, e

11.6.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

11.7. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.7.1. Caso fortuito ou força maior;

11.7.2. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à Unidade Contratante.

- 11.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.
- 11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;
- 11.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.
- 11.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.12. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.
- 11.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

- 11.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**12.1. Pelas infrações previstas no Art. 155 na Lei Federal nº 14.133/21, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:****I - Advertência aplicada pela FDE e inserida no site e-Sanções e demais canais pertinentes da Administração Pública;****II - Multa a ser aplicada nos montantes e para as infrações abaixo relacionadas:**

- a) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese descumprimento de qualquer das condições contratuais cujas sanções não estejam previstas especificamente nesta cláusula;
 - b) Multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato por sua inexecução parcial;
 - c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato por sua inexecução total, ou por sua não assinatura;
 - d) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, calculada sobre o valor da parcela do serviço entregue com atraso;
- I. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, por prazo não superior a 3 (três) anos; e
- II. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando as infrações previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III, que impedirá a CONTRATADA de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
- 15.1. Além da aplicação das multas e demais penalidades avençadas acima, a FDE poderá extinguir o presente contrato por qualquer uma das infrações previstas por lei, bem como aplicar à CONTRATADA, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 3 (três) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A multa prevista na alínea “a” é aplicável na sua totalidade, independentemente do limite estabelecido no PARÁGRAFO SEGUNDO

PARÁGRAFO SEGUNDO – A multa aplicada na alínea “d” será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, quando este poderá ser extinto, bem como aplicado o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com as previstas no inciso II desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO – As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, mas sim moratório e, consequentemente, o seu pagamento não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à FDE.

PARÁGRAFO QUINTO – As multas aplicadas e as indenizações cabíveis serão sempre que possível, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da CONTRATADA, e quando seus valores forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada e, será cobrada administrativa ou judicialmente.

PARÁGRAFO SEXTO – As sanções administrativas serão publicadas conforme o art. 161 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. A extinção contratual poderá ser.

13.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da FDE, nos casos enumerados abaixo:

13.1.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, inclusive as de obrigação relativa às normas de segurança e saúde no trabalho, especificações, projetos ou prazos;

13.1.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, inclusive as de obrigação relativa às normas de segurança e saúde no trabalho, especificações, projetos e prazos;

13.1.1.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a FDE a concluir pela impossibilidade de conclusão da obra, no prazo estipulado;

13.1.1.4. O atraso injustificado para início da obra após a assinatura deste contrato;

13.1.1.5. A paralisação do projeto;

13.1.1.6. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.1.7. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.1.8. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.1.9. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.1.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

13.1.3. No caso de extinção pelas razões enumeradas abaixo, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

13.1.3.1. A supressão, por parte da FDE, da(s) obra(s) ou serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite estabelecido na lei;

13.1.3.2. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da FDE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave

perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

13.1.3.3. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela FDE decorrentes da(s) obra(s) ou serviços, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, graves perturbações da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada, por escrito, à FDE;

13.1.3.4. A não liberação, por parte da FDE, das áreas, locais ou objetos para execução da(s) obra(s), nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

13.1.4. A extinção contratual pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarreta as seguintes consequências:

13.1.4.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e locais em que se encontrarem, por ato próprio da FDE;

13.1.4.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à FDE.

13.1.5. Extinto este contrato, a FDE poderá fazer uso dos projetos e serviços complementares, no estágio em que se encontrarem, da forma e à época que julgar adequada, livre de qualquer ônus quanto aos direitos autorais, podendo reimplantá-los qualquer número de vezes, ou ainda, confiar a conclusão dos mesmos a quem entender conveniente, sem consulta à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I- Gestão/Unidade:

II- Fonte de Recursos: **1.500.1.0300.**

III- Programa de Trabalho: **12.368.0815.2494**

IV- Elemento de Despesa: **4.4.90.51**

V- Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.
- 16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico através do Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo – SEI, do Governo do Estado de São Paulo, nos termos da legislação aplicável.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Representante legal do CONTRATANTE e Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

Proponente:-		
Endereço:-		
Cidade:-	Estado:-	CEP:-
Telefone:-	EMAIL:-	
CNPJ:-	Insc. Estadual:-	

À Comissão Julgadora da Licitação

O licitante _____ (firma/denominação e CNPJ), por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, **PROPÕE** executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R\$ _____ (valor por extenso), nos termos da planilha anexa que constitui parte indissociável desta proposta de preços.

Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

PRÉDIO	ITENS	VALOR - R\$
TERRENO JD CACHOEIRA II RUA ANA DO SACRAMENTO ANDRADE, S/N - CEP: 02289-000 - JD CACHOEIRA - SÃO PAULO-SP	1 – Elaboração do Projeto Executivo	
	2 - Fornecimento do Projeto de Segurança contra Incêndio	
	3 – Projeto de entrada em média tensão	
	4 – – Fornec. Do projeto legal p/aprovação Prefeitura Municipal	
TOTAL GERAL		

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO III - A

MODELO DE PLANILHA

(disponibilizado no Portal FDE em Excel – devendo ser preenchida com apenas 02 casas decimais)

TERRENO JD CACHOEIRA II / SP -				DATA BASE: - OUT/25		
PC - 46/00093/25/01 - FDE-SEI - 229.00017919/2025-98 - SIASG - 90410/2025						
EMPRESA: -						
Código	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unitário MÁXIMO FDE	Valor Unitário Licitante	Valor Total
ITEM - 01 - ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA, COORDENAÇÃO, COMPATIBILIZAÇÃO E FORNECIMENTO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ESTRUTURA, HIDRÁULICA, ELÉTRICA E MECÂNICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA						
1.01.02.01	Elétrica	UN	1	R\$ 51.182,03		0,00
1.01.02.03	Paisagismo	UN	1	R\$ 7.927,85		0,00
1.01.02.04	Arquitetura	UN	1	R\$ 236.224,78		0,00
1.01.02.05	Estrutura	UN	1	R\$ 131.892,17		0,00
1.01.02.06	Hidráulica	UN	1	R\$ 45.276,41		0,00
1.01.02.07	Estrutura Pré-Fabr. 30%	UN	1	R\$ 39.567,65		0,00
1.04.01.02	Estrutura	PH	4	R\$ 6.342,28		0,00
1.04.01.03	Hidráulica	PH	2	R\$ 3.646,81		0,00
1.04.01.04	Elétrica	PH	3	R\$ 5.264,09		0,00
1.04.01.05	Mecânica	PH	4	R\$ 5.264,09		0,00
1.04.02.01	Eng./ Arq. Consultor	H	48	R\$ 554,94		0,00
1.04.02.05	Eng./ Arq. Senior A	H	450	R\$ 437,61		0,00
1.04.02.07	Eng./ Arq. Senior C	H	24	R\$ 317,11		0,00
1.04.02.08	Eng./ Arq. Junior A	H	48	R\$ 279,06		0,00
1.04.02.13	Coordenação do Projeto	UN	1	R\$ 68.206,64		0,00
TOTAL ITEM 01						0,00
Código	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unitário MÁXIMO FDE	Valor Unitário Licitante	Valor Total
ITEM - 02 - FORNECIMENTO DO PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO APROVADO PELO CORPO DE BOMBEIROS						
1.01.02.02	Incêndio	UN	1	R\$ 7.874,15		0,00
TOTAL ITEM 02						0,00
Código	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unitário MÁXIMO FDE	Valor Unitário Licitante	Valor Total
ITEM - 03 - FORNECIMENTO DO PROJETO DE ENTRADA EM MÉDIA TENSÃO APROVADO PELA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA						
1.04.02.06	Eng./ Arq. Senior B	H	8	R\$ 396,39		0,00
TOTAL ITEM 03						0,00
Código	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Valor Unitário MÁXIMO FDE	Valor Unitário Licitante	Valor Total
ITEM - 04 - FORNECIMENTO DO PROJETO LEGAL PARA APROVAÇÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL						
1.04.01.01	Arquitetura	PH	3	R\$ 7.927,85		0,00
TOTAL ITEM 04						0,00
TOTAL GERAL						0,00

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da **Concorrência Eletrônica nº 90410/2025 – Pedido de Contratação nº 46/00093/25/01 – Processo SEI- nº 229.00017919/2025-98** DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

ESTIMATIVA DE CUSTOS / TABELA DE HONORÁRIOS

9166 - TERRENO JD CACHOEIRA II -

ITEM 1 - ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA, COORDENAÇÃO, COMPATIBILIZAÇÃO E FORNECIMENTO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ESTRUTURA, HIDRÁULICA, ELÉTRICA E MECÂNICA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

SEQ.	DESCRIÇÃO DO DETALHE DO ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1.01.02.04	Arquitetura				0,00
1.01.02.07	Estrutura Pré-Fabr. 30%	3.853,52m²	1,00	39.567,65	39.567,65
1.04.01	Remuneração por Prancha Técnica				0,00
1.04.01.05	Mecânica	PROJETO EXECUTIVO DE CLIMATIZAÇÃO POR AR CONDICIONADO	4,00	5.264,09	21.056,36
1.04.02	Remuneração por Hora Técnica				0,00
1.04.02.13	Coordenação do Projeto		1,00	68.206,64	68.206,64
1.01.03	Adequação				0,00
1.01.02.01	Elétrica	3.853,52m²	1,00	51.182,03	51.182,03
1.01.02.03	Paisagismo	3.853,52m²	1,00	7.927,85	7.927,85
1.01.02.04	Arquitetura	3.853,52m²	1,00	236.224,78	236.224,78
1.01.02.05	Estrutura	3.853,52m²	1,00	131.892,17	131.892,17
1.01.02.06	Hidráulica	3.853,52m²	1,00	45.276,41	45.276,41
1.04.01	Remuneração por Prancha Técnica				0,00
1.04.01.02	Estrutura	PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA METÁLICA	4,00	6.342,28	25.369,12
1.04.01.03	Hidráulica	PROJETO EXECUTIVO DE SISTEMA DE APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS	2,00	3.646,81	7.293,62
1.04.01.04	Elétrica	PROJETO EXECUTIVO DE ENTRADA DE ENERGIA EM MÉDIA TENSÃO (1) + SISTEMA FOTOVOLTAICO (2)	3,00	5.264,09	15.792,27
1.04.02	Remuneração por Hora Técnica				0,00
1.04.02.01	Eng./ Arq. Consultor	ARQUITETURA: CONFORTO TÉRMICO- LUMINOSO COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	48,00	554,94	26.637,12
1.04.02.05	Eng./ Arq. Senior A	COMPLEMENTO BIM ARQ (216) + EST (132) + HID (36) + ELE (48) + INC (6) + MEC (12)	450,00	437,61	196.924,50
1.04.02.07	Eng./ Arq. Senior C	ARQUITETURA: PROJETO DE SINALIZAÇÃO	24,00	317,11	7.610,64
1.04.02.08	Eng./ Arq. Junior A	ARQUITETURA: CONFORTO TÉRMICO- LUMINOSO COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (32) + LAYOUT (16)	48,00	279,06	13.394,88
TOTAL					894.356,04

ITEM 2 - FORNECIMENTO DO PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO APROVADO PELO CORPO DE BOMBEIROS

SEQ.	DESCRIÇÃO DO DETALHE DO ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1.01.03	Adequação				0,00
1.01.02.02	Incêndio	3.853,52m²	1,00	7.874,15	7.874,15

TOTAL

7.874,15

ITEM 3 - FORNECIMENTO DO PROJETO DE ENTRADA EM MÉDIA TENSÃO APROVADO PELA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA

SEQ.	DESCRIÇÃO DO DETALHE DO ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1.04.02	Remuneração por Hora Técnica				0,00
1.04.02.06	Eng./ Arq. Senior B		8,00	396,39	3.171,12

TOTAL

3.171,12

ITEM 4 - FORNECIMENTO DO PROJETO LEGAL PARA APROVAÇÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL -

SEQ.	DESCRIÇÃO DO DETALHE DO ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1.04.01	Remuneração por Prancha Técnica				0,00
1.04.01.01	Arquitetura		3,00	7.927,85	23.783,55

TOTAL

23.783,55

VALOR TOTAL:- 929.184,86

Local de Entrega: - Av. São Luís, 99 – República – São Paulo / SP

TABELA DE HONORÁRIOS

EM VIGOR A PARTIR DE 14/11/2025

CRITÉRIOS PARA CÁLCULO DE HONORÁRIOS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO ESCOLAR

Os honorários serão calculados de acordo com a tabela a seguir, onde serão utilizados os seguintes indicadores:

- V = valor em reais (R\$) calculado pela FDE para elaboração do serviço;
A = área de construção/intervenção sem beiral (entre eixos);
un = unidade de serviço
C = **R\$ 3.171,14/m²** (fixo e irrevogável) preço médio, em reais (R\$), por m² (metro quadrado) de construção de uma edificação escolar (obra virtual), conforme "Orçamento Médio Geral", (BDI = 0%) emitido pela FDE
mês base: **Out/25**
R\$ / km = **R\$ 1,7997** valor do reembolso de quilometragem (efetuando as atualizações periódicas sempre que forem estipuladas pela FDE).

2. Elaboração de Projetos

2.1. Projeto Convencional

		tipo de obra	
		ampliação	obra nova
Projeto de Arquitetura	- ARQ	V=1,25.C. √A	V=1,20.C. √A
Projeto de Estrutura	- EST	V=0,69.C. √A	V=0,67.C. √A
Projeto de Hidráulica	- HID	V=0,25.C. √A	V=0,23.C. √A
Projeto de Elétrica	- ELE	V=0,28.C. √A	V=0,26.C. √A
Projeto de Incêndio	- INC	V=0,04.C. √A	V=0,04.C. √A
Projeto de Paisagismo	- PAI	V=2,50.C	V=2,50.C

Nos valores acima estabelecidos estão incluídas as vistorias necessárias para a elaboração dos respectivos projetos.

Para os projetos de obra nova será considerada a área do programa arquitetônico. Para os projetos de ampliação será considerada a área efetivamente projetada.

1.2. Projeto Padrão

1.2.1. Bloco único

Valores a serem pagos para áreas de programa igual ou acima de 450m²

Projeto de Arquitetura	V	=	6,50.C
Projeto de Hidráulica	V	=	2,20.C
Projeto de Elétrica	V	=	2,20.C
Projeto Completo	V	=	10,90.C

1.2.2. Blocos componíveis

Valores a serem pagos para áreas de programa igual ou acima de 450m²

Projeto de Arquitetura	V	=	8,00.C
Projeto de Estrutura	V	=	1,80.C

Projeto de Hidráulica	V	=	2,60.C
Projeto de Elétrica	V	=	2,60.C
Projeto Completo	V	=	15,00.C

Para áreas de programa até 449m² considerar 70% dos valores estabelecidos acima.

Nos valores acima estabelecidos estão incluídas as vistorias necessárias para a elaboração dos respectivos projetos.

1.3. Etapas de Avaliação de Projetos

EP estudo preliminar 15% de ARQ

AP anteprojeto 35% de ARQ + 50% de EST / HID / ELE

PE projeto executivo 50%

- 1.4. Os serviços a serem prestados que não se enquadrarem nos itens aqui especificados poderão, a critério da FDE, ser remunerados por prancha técnica ou hora técnica.

1.4.1. Remuneração por m² de prancha técnica

Projeto de Arquitetura	V	=	2,50.C
Projeto de Estrutura	V	=	2,00.C
Projeto de Hidráulica	V	=	1.15.C
Projeto de Elétrica	V	=	1,66.C

1.4.2. Remuneração por hora técnica

Eng./Arq. Consultor	V	=	0,175.C
Eng./Arq. Sênior A	V	=	0,138.C
Eng./Arq. Sênior B	V	=	0,125.C
Eng./Arq. Sênior C	V	=	0,100.C
Eng./Arq. Júnior A	V	=	0,088.C
Eng./Arq. Júnior B	V	=	0,063.C
Eng./Arq. Júnior C	V	=	0,038.C
Projetista A	V	=	0,088.C
Projetista B	V	=	0,063.C
Desenhista A	V	=	0,044.C
Desenhista B	V	=	0,025.C
Desenhista Auxiliar.....	V	=	0,019.C

2. Serviços Complementares

2.1. Vistoria	V	=	0,67.C
2.2. Levantamento Cadastral	V	=	0,0012.C.A
Remuneração Mínima	V	=	0,50.C
2.3. Estadia	V	=	0,67.C

Valor a ser pago somente para localidades fora da Capital e da Grande São Paulo.

2.4. Transporte

Para distâncias acima de 30 km a partir do município sede da FDE, por valor por quilometro estabelecido pela FDE, para reembolso de quilometro a ser percorrido (só ida) será paga a importância de duas vezes a quilometragem aos usuários de veículos próprios, a serviço da FDE.

2.5. Parecer técnico sobre Fundações V = 0,83.C

2.6. Serviços de Levantamento Quantitativo V = 0,0013.C.A

Remuneração mínima V = 1,00.C

O valor acima compreende a elaboração do serviço completo de levantamento quantitativo, incluindo as áreas técnicas de arquitetura, estrutura, instalações hidráulicas e elétricas.

2.7. Prospecção do Sub-Solo

2.7.1. Sondagem

Serão pagos os metros lineares efetivamente perfurados (m), considerando-se uma remuneração mínima de 40m.

Perfuração V = 0,055.C.m

2.7.2. Instalação V = 2,00.C

2.7.3. Transporte de Equipamento

Para distâncias acima de 30 km a partir da sede da FDE, por quilometro a ser percorrido (só ida), será paga a importância de dez vezes o valor por quilometro estabelecido pela FDE, para reembolso de quilometragem aos usuários de veículos próprios, a serviço da FDE.

ANEXO VI**NORMA DE ORGANIZAÇÃO Nº 002/2010 – 04****CRITÉRIOS PARA A IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES**

Assunto: Disciplina o procedimento para apuração de infrações cometidas pelos licitantes e contratados, durante a fase licitatória ou durante a execução contratual.

1. HISTÓRICO DAS REVISÕES

HISTÓRICO DAS REVISÕES		
Data	Revisão Nº	Descrição da Alteração
21/12/2010	00	Implantação.
27/06/2014	01	Alteração do item 7 e adequações de procedimentos, prazos e competências.
11/05/2022	02	Adequação ao Decreto nº 61.751 de 23/12/2015 e à Portaria Normativa nº 002/2021.
25/07/2024	03	Revisão e adequação à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021.
09/08/2024	04	Inclusão de regra de transição para contratos regidos pelas leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02, e ajustes no processo administrativo, incluindo a definição dos agentes.

2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 2.1. Esta Norma de Organização institui o rito do Processo Administrativo a ser autuado para apuração de infrações cometidas pelos Licitantes ou Contratados, durante a fase licitatória e/ou durante a execução contratual, bem como regulamenta a competência para a aplicação das sanções administrativas cabíveis, de acordo com a legislação pertinente e sistemas de uso obrigatório vigentes.
- 2.2. Esta Norma abrange todos os processos licitatórios e de contratação, bem como os instrumentos contratuais deles decorrentes no âmbito da Fundação Para o Desenvolvimento da Educação – FDE.

3. AGENTES DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- 3.1. Autoridade Superior: Presidência;
- 3.2. Autoridade Competente: Diretoria/ Chefia de Gabinete;
- 3.3. Relator da Ocorrência: Presidente da Comissão de Licitação, Pregoeiro ou Gestor/ Fiscal do objeto da contratação;
- 3.4. Servidor Responsável pelo Procedimento: Gerência de Contratos – GCON.

4. AUTUAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- 4.1. Constatadas irregularidades na execução do contrato, a gerência deverá notificar o Contratado para que as saneie em prazo determinado, sob pena de abertura do correspondente processo administrativo.
 - 4.1.1. Em caso de saneamento das irregularidades ou apresentação de resposta pelo contratado, a Autoridade Competente, após análise detalhada, deliberará pela regularidade da execução do contrato.
- 4.2. Decorrido o prazo do item 4.1., caso não tenha ocorrido o saneamento das irregularidades, a Autoridade Competente encaminhará, através de Comunicação Interna, o pedido de abertura de processo administrativo, o qual deverá ser acompanhado dos documentos indispensáveis à instrução do correspondente processo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, à GCON/ DPA – Departamento de Processos Administrativos para autuação do processo.
- 4.3. Nos casos de não assinatura de Contrato, Ata, Ordem de Serviço ou Fornecimento pelo licitante, a GCON encaminhará à Autoridade Competente, através de Comunicação Interna, o pedido de abertura de processo administrativo, o qual deverá ser acompanhado dos documentos indispensáveis à instrução do correspondente processo, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
 - 4.3.1. A Autoridade Competente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, deverá analisar o pedido de instauração do processo.
- 4.4. Instaurado o processo administrativo, o Relator da Ocorrência realizará o cadastro do processo nos sistemas vigentes e encaminhará a Autoridade competente para aprovação. Autorizada a abertura, o processo administrativo será encaminhado a GCON, que intimará o Licitante ou Contratado para que apresente sua defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, bem como comunicará a instituição emitente do seguro garantia, fiança bancária ou títulos da dívida pública a expectativa de sinistro, quando for o caso.
 - 4.4.1. A intimação será entregue, através de Carta Registrada com Aviso de Recebimento, no endereço do Licitante ou Contratado, conforme constar no Regulamento de Cadastro dos Fornecedores da FDE.
 - 4.4.2. Considera-se efetivada a intimação e começará a fluência do prazo do item 4.4 quando o Aviso de Recebimento for entregue no endereço cadastrado.
 - 4.4.3. Não encontrado o Licitante ou Contratado, a GCON providenciará sua intimação por edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado – DOE, dando início o prazo de defesa a partir da data subsequente a da publicação.
 - 4.4.4. A intimação dará inteira ciência das penalidades a que o Licitante ou Contratado está sujeito e conterá uma chave de segurança para que possa acessar e inserir sua defesa de forma digital, no sistema vigente.
 - 4.4.5. No caso de impossibilidade de acesso ao sistema vigente, o Licitante ou Contratado, mediante Procurador, poderá apresentar em formato físico sua defesa no guichê de protocolo geral da FDE, observado o prazo do item 4.4.
- 4.5. Recebida a defesa, a GCON encaminhará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, o processo administrativo à Autoridade Competente, que deverá solicitar análise da área técnica quanto aos

argumentos lançados pelo Licitante ou Contratado, e após proferirá decisão, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

- 4.5.1. A Autoridade Competente poderá encaminhar o processo para a Assessoria Jurídica caso haja alguma questão jurídica que necessite de esclarecimento ou análise.
- 4.5.2. Esgotado o prazo do item 4.4 sem apresentação da defesa ou caso a defesa tenha sido apresentada intempestivamente, a GCON encaminhará os autos à Autoridade Competente para decisão quanto à aplicação da penalidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 4.6. A notificação da decisão de que trata o item 4.5 será realizada ao Licitante ou Contratado nos moldes dos itens 4.4.1, 4.4.2, 4.4.3 e 4.4.4, sendo concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de recurso.
 - 4.6.1. O recurso será recebido com efeito suspensivo.
- 4.7. Apresentado recurso, a GCON encaminhará, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o processo para a Autoridade Competente, que deverá solicitar análise da área técnica quanto aos argumentos lançados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, e, após, submeterá o recurso à Assessoria Jurídica para elaboração de parecer jurídico, com posterior envio à Autoridade Superior para decisão final.
 - 4.7.1. A Autoridade Competente poderá, após análise da área técnica, reconsiderar sua decisão, todavia deverá encaminhar sua decisão de reconsideração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, à Assessoria Jurídica para elaboração de parecer jurídico, com posterior envio à Autoridade Superior para deliberação final. Em caso de concordância, por parte da Autoridade Superior, a decisão deverá ser inserida no sistema de aplicação de penalidades vigente.
- 4.8. Após decisão da Autoridade Superior quanto ao recurso, o processo será encaminhado à GCON para que seja providenciada as medidas cabíveis, devendo ocorrer a publicação da decisão final no DOE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, constando:
 - a) a origem e número do processo;
 - b) as penalidades aplicadas e o seu fundamento legal e contratual; e
 - c) a razão social da empresa punida, com indicação do seu número de inscrição junto ao Cadastro da Receita Federal.
- 4.9. Considera-se encerrada a instância administrativa quando:
 - 4.9.1. decorrido o prazo do item 4.6 sem apresentação de recurso pela empresa;
 - 4.9.2. a Autoridade Competente reconsiderar sua decisão, com deliberação da Autoridade Superior;
 - 4.9.3. a Autoridade Superior proferir decisão quanto ao recurso da empresa.
- 4.10. A finda administrativa com a efetivação das penalidades aplicadas e publicadas no DOE deverá ser comunicada ao Licitante ou Contratado, nos moldes do item 4.4.1, 4.4.2, 4.4.3 e 4.4.4.

5. REGRA DE TRANSIÇÃO

- 5.1. Para os instrumentos contratuais regidos pelas leis n.º 8/666/93 e n.º 10/520/02, os prazos a que se referem os itens 4.4 e 4.6; Anexo I do item 13 e Anexo II do item 14 deverão seguir o disposto da Norma de Organização n.º 002/2010-02, de 11/05/2022.

6. EFETIVAÇÃO DAS PENALIDADES E PROCEDIMENTO A SER ADOTADO

- 6.1. Publicada a decisão final, a GCON encaminhará o processo administrativo à Autoridade Superior que finalizará o processo no sistema de aplicação de penalidade vigente.
- 6.1.1. Após finalizado o processo pela Autoridade Superior, o processo administrativo retornará a GCON para cumprimento dos atos necessários à efetivação das penalidades aplicadas.
- 6.1.2. A GCON/DPA deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.
- 6.2. Se na decisão final contiver aplicação da sanção de multa, a GCON, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, adotará as providenciais autorizadas pela legislação.
- 6.2.1. Serão realizados descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela FDE e depósito em garantia para abatimento da multa. Entretanto, caso não ocorra a quitação total da multa, a GCON intimará o infrator, por meio de Carta Cobrança, a recolher aos cofres da FDE o saldo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 6.2.2. Esgotado o prazo do item 5.2.1, quando for o caso, a GCON deverá executar a garantia contratual acionando o emitente do seguro garantia, fiança bancária ou títulos da dívida pública, para que efetue o pagamento no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual por igual período em caso de que seja necessário o envio e análise de documentação para regulação do sinistro.
- 6.3. Esgotados os prazos dos itens 5.2.1 e 5.2.2, sem recolhimento do valor da multa, a GCON inscreverá o infrator no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN.
- 6.3.1. Após inclusão do infrator no CADIN por débitos junto à FDE, aquele ficará impedido de assinar contratos ou receber quaisquer pagamentos oriundos do Estado de São Paulo.
- 6.3.2. O valor da multa será corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preço ao Consumidor (IPC-FIPE).
- 6.4. Após inclusão do infrator no CADIN, e, decorridos 120 (cento e vinte) dias, a GCON, encaminhará o processo administrativo para a Assessoria Jurídica, que providenciará, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a cobrança do débito na esfera judicial.
- 6.4.1. Após o ajuizamento da demanda, a Assessoria Jurídica promoverá despacho contendo as informações essenciais do processo, o qual seguirá com cópias do recebido de

protocolo de peticionamento da ação e da petição inicial, com posterior envio à GCON para arquivamento dos autos físicos.

- 6.4.2. Quando a quitação da multa ocorrer na esfera judicial, a Assessoria Jurídica deverá informar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, à Gerência Financeira – GFN e GCON, que deverá retirar o registro da penalidade nos sistemas vigentes e promover o arquivamento definitivo dos autos físicos.
- 6.4.3. Havendo composição na esfera judicial, a Assessoria Jurídica promoverá o Termo de Confissão de Dívida, devendo encaminhar, após formalização do termo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, à GFN para que promova o acompanhamento do pagamento.
- 6.4.4. Em caso de não cumprimento do pagamento do acordo judicial pelo Licitante ou Contratado, a GFN informará a Assessoria Jurídica para que retome a medida judicial.
- 6.5. Analisada a conveniência, poderá a Autoridade Superior proferir decisão, devidamente motivada, pelo não ajuizamento da cobrança pelo meio judicial e determinará o arquivamento definitivo do processo administrativo quando o valor total da multa for de até 1.000 UFESPs, retornando o processo administrativo para a GCON realizar as providências necessárias.

7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

- 7.1. A Autoridade Superior decidirá sobre a aplicação da pena de declaração de inidoneidade mediante proposta apresentada pela Autoridade Competente, após o regular procedimento administrativo.
 - 7.1.1. A declaração de inidoneidade poderá ser pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
- 7.2. Para aplicação da declaração de inidoneidade serão consideradas as seguintes hipóteses de cabimento:
 - a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
 - e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 7.3. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produzirá seus efeitos enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, de acordo com a legislação vigente.

8. REABILITAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO

- 8.1. A reabilitação do Licitante ou Contratado poderá ser admitida perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) decorrido o prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade no caso de impedimento de licitar e contratar ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos acima.

8.1.1. A sanção pelas infrações citadas nos itens “a” e “e”, do item 6.2., exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

8.1.2. A decisão que conceder a reabilitação deverá ser publicada no DOE.

9. RESPONSABILIDADE

9.1. O descumprimento injustificado de qualquer procedimento estabelecido nesta Norma de Organização por servidores, efetivos ou contratados, da FDE acarretará a abertura de processo de sindicância e/ou disciplinar, não implicando, necessariamente, na nulidade do processo administrativo.

9.1.1. Os superiores hierárquicos que, de algum modo, concorreram para o descumprimento injustificado dos preceitos desta Norma também poderão responder ao processo de sindicância e/ou disciplinar.

9.2. O prazo prescricional para que a FDE instaure o processo administrativo que trata esta Norma é de 05 (cinco) anos, contados a partir do momento em que a Autoridade Competente toma conhecimento da infração.

9.2.1. A instauração do processo administrativo interrompe o cômputo da prescrição, ficando suspenso o prazo prescricional até que sobrevenha decisão final da Autoridade Superior.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Aplicam-se as disposições desta Norma, no que for compatível, aos casos em que a FDE pleiteia o ressarcimento dos prejuízos que lhe hajam sido causados por Terceiros, os quais serão devidamente apurados em processo de sindicância.

10.2. Será constituída comissão com representantes das Diretorias da FDE para análise e decisão de casos não previstos nesta Norma.

10.3. O Licitante ou Contratado poderá, a qualquer momento, solicitar cópias do processo, desde que apresente Procuração com poderes para este ato e mediante o pagamento das custas pertinente.

10.4. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Norma, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

10.5. Esta Norma de Organização entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

11. REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

- a) Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
- b) Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002;
- c) Lei Estadual n.º 10.177, de 30 de dezembro de 1998; e
- d) Decreto Estadual n.º 61.751, de 23 de dezembro de 2015.

12. ANEXO I - OCORRÊNCIA

12.1. Conceito de ocorrência

Podendo também ser denominada de Infração Administrativa, é o descumprimento voluntário pelo Licitante ou Contratado de uma norma administrativa para o qual se prevê sanção, cuja imposição é decidida por uma autoridade no exercício de função administrativa; é, portanto, o comportamento ou a omissão que viola alguma norma de natureza administrativa, podendo ou não causar prejuízos à FDE.

12.2. Tipos de Ocorrência

Os tipos de ocorrências nesta Norma de Organização são:

- a) Atraso na Entrega do Objeto do Contrato;
- b) Atraso na Entrega do Objeto da Ordem Serviço ou Fornecimento;
- c) Atraso no Cronograma Físico e Financeiro
- d) Não Assinatura de Contrato;
- e) Não Assinatura de Ata de Registro de Preços;
- f) Não Assinatura de Ordem de Serviço ou Fornecimento;
- g) Inexecução Total de Contrato;
- h) Inexecução Total de Ordem de Serviço ou Fornecimento;
- i) Inexecução Parcial de Contrato;
- j) Inexecução Parcial de Ordem de Serviço ou Fornecimento;
- k) Não Entrega de Documentos Obrigatórios;
- l) Ressarcimento;
- m) Prática de Atos Ilícitos.
- n) Demais Descumprimentos de Cláusulas do Contrato;
- o) Demais Descumprimentos de Ata de Registro de Preços; e,
- p) Demais Descumprimentos de Ordem de Serviço ou Fornecimento

12.3. Controle de Ocorrência

12.3.1. A GCON manterá o controle das ocorrências em sistema próprio.

12.3.2. O registro no sistema de controle será efetuado após a decisão da Autoridade Competente quanto a defesa apresentada pelo Licitante ou Contratado, e, somente em

caso de não aceitação, quando será atribuída a respectiva pontuação prevista nas tabelas dos Anexos II e III.

- 12.3.3. O controle será feito por empresa, com a consequente formação do histórico do licitante ou contratado.

12.4. Procedimento

- 12.4.1. Cada ocorrência corresponderá a um processo administrativo específico.
- 12.4.2. Poderá haver mais de uma ocorrência em um mesmo processo licitatório, Contrato, Ata de Registro de Preços e Ordem de Serviço.
- 12.4.3. A penalidade mais grave absorverá a menos grave, se do mesmo tipo e originária da mesma ocorrência.
- 12.4.4. Os casos de inexecução total de contrato, inexecução total de ordem de serviço ou fornecimento, bem como não assinatura de contrato, não assinatura de ata de registro de preço e não assinatura de ordem de serviço ou fornecimento, serão objeto de tratamento específico com aplicação direta de impedimento de licitar e contratar pelo prazo mínimo de 02 (dois) meses e não superior a 36 (trinta e seis) meses, cumulada, com multa.
- 12.4.5. Para as ocorrências de **Atraso na Entrega do Objeto da Ordem de Serviço ou Fornecimento** decorrentes de **Ata de Registro de Preços**; de descumprimento contratual por **Atraso no Cronograma Físico Financeiro do Contrato ou Ordem de Serviço** e para os contratos por emissão de Ordem de Serviço de Contrato, serão observadas as penalidades de multa previstas na respectiva Ata e Contrato, não se computando pontos para aplicação das penalidades constantes dos Anexos II e III em todos os níveis ali definidos.
- 12.4.6. A cada 03 (três) meses, o Fiscal ou Gestor do Contrato poderá avaliar o desempenho do detentor da Ata de Registro de Preços e do Contratado, e, se for o caso, justificadamente, propor à Autoridade Competente a aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar.
- 12.4.7. A Prática de Ato Ilícito em qualquer fase do processo licitatório, de contratação e da execução do contrato, ensejará a aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar por 36 (trinta e seis) meses e/ou a declaração de inidoneidade.
- 12.4.8. As penas pecuniárias serão aplicadas em todos os casos, sempre que previstas no edital ou contrato, cumulativamente com as demais penalidades a serem impostas à empresa inadimplente, que contarão, subsidiariamente, com a orientação das tabelas dos Anexos II e III, dividida por tipo de ocorrência.
- 12.4.9. As penalidades serão controladas por ordem cronológica de decisão e sua aplicação dar-se-á em razão dos pontos acumulados pela empresa, de acordo com as ocorrências previstas nas tabelas dos Anexos II e III. Na hipótese de decisões simultâneas para mais de uma ocorrência, a ordem se dará pelas datas de abertura dos Processos Administrativos.

12.4.10. A pontuação atribuída por ocorrência perdurará pelo prazo de 06 (seis) meses a contar do dia da publicação, no DOE, da decisão que declarar encerrada a instância administrativa.

12.4.10.1. É importante que, antes de aplicar a penalidade final, na finda de um processo, seja verificada e confirmada se houve mudança na pontuação atribuída ao licitante/contratado, devido a encerramento de ocorrências ou prazo de 06 (seis) meses que tenha expirado.

12.4.11. O número de ocorrências (se 1ª, 2ª, 3ª ou mais) será considerada independentemente do tipo de ocorrência em que incidir o licitante ou contratado.

12.4.12. A pontuação conferida à 5ª ocorrência será repetida nas eventuais ocorrências subsequentes.

12.5. Disposições Gerais

Os tipos de ocorrências aqui previstos obedecem aos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente e serão aplicados em estrita observância às condições estabelecidas nos editais e contratos.

12.5.1. Relativamente aos casos ainda pendentes de julgamento, ou seja, com decisão ainda não transitada em julgado, aplicar-se-á o atual critério de penalidade somente se mais benéfico que o anteriormente atribuído.

13. ANEXO I – CRITÉRIO PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE CONTRATO

Atraso na Entrega do Objeto		Pontos
Obras	Compras e Serviços	
Valor até R\$ 330.000,00	Valor até R\$ 176.000,00	
<p>Até 10%</p> <p>Acima 10% até 20%</p> <p>Acima 20% até 30%</p> <p>Acima 30% até 40%</p> <p>Acima 40%</p>		1
		2
		3
		4
		5
Valor acima de R\$ 330.000,00	Valor acima de R\$ 176.000,00	Pontos
<p>Até 10%</p> <p>Acima 10% até 20%</p> <p>Acima 20% até 30%</p> <p>Acima 30% até 40%</p> <p>Acima 40%</p>		2
		3
		4
		5
		6
Não Assinatura de Contrato		Pontos
1ª ocorrência		8
2ª ocorrência		9
3ª ocorrência		10
4ª ocorrência		11
5ª ocorrência		12
Não Entrega de Documentos Obrigatórios		Pontos
1ª ocorrência		3
2ª ocorrência		5
3ª ocorrência		6
4ª ocorrência		7
5ª ocorrência		8
Inexecução Parcial do Contrato		Pontos
1ª ocorrência		3
2ª ocorrência		5
3ª ocorrência		6
4ª ocorrência		7
5ª ocorrência		8
Inexecução Total do Contrato		Pontos
1ª ocorrência		8
2ª ocorrência		9
3ª ocorrência		10
4ª ocorrência		11
5ª ocorrência		12
Demais Descumprimentos de Cláusulas do Contrato		
1ª ocorrência		3
2ª ocorrência		5
3ª ocorrência		6
4ª ocorrência		7
5ª ocorrência		8
Prática de Atos Ilícitos		Pontos
1ª a 5ª ocorrências		39
Penalidades		

Níveis	Penalidade	Pontos
Nível I	Advertência	Até 10
Nível II	2 meses de impedimento	11 a 13
Nível III	4 meses de impedimento	14 a 16
Nível IV	6 meses de impedimento	17 a 19
Nível V	8 meses de impedimento	20 a 22
Nível VI	12 meses de impedimento	23 a 25
Nível VII	16 meses de impedimento	26 a 29
Nível VIII	20 meses de impedimento	30 a 31
Nível IX	24 meses de impedimento	32 a 33
Nível X	28 meses de impedimento	34 a 35
Nível XI	32 meses de impedimento	36 a 38
Nível XII	36 meses de impedimento	39 ou mais

14. ANEXO II – CRITÉRIO PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não Assinatura de Ata de Registro de Preços	Pontos
1ª ocorrência	8
2ª ocorrência	9
3ª ocorrência	10
4ª ocorrência	11
5ª ocorrência	12
Não Assinatura de Ordem de Serviço/Fornecimento (OF)	Pontos
1ª ocorrência	8
2ª ocorrência	9
3ª ocorrência	10
4ª ocorrência	11
5ª ocorrência	12
Não Entrega de Documentos Obrigatórios	Pontos
1ª ocorrência	3
2ª ocorrência	5
3ª ocorrência	6
4ª ocorrência	7
5ª ocorrência	8
Inexecução Parcial da OS/OF	Pontos
1ª ocorrência	3
2ª ocorrência	5
3ª ocorrência	6
4ª ocorrência	7
5ª ocorrência	8
Inexecução Total da OS/OF	Pontos
1ª ocorrência	8
2ª ocorrência	9
3ª ocorrência	10
4ª ocorrência	11
5ª ocorrência	12
Demais Descumprimentos da OS/OF	Pontos
1ª ocorrência	3
2ª ocorrência	5
3ª ocorrência	6
4ª ocorrência	7
5ª ocorrência	8
Prática de Atos Ilícitos	Pontos
1ª a 5ª ocorrências	39

Penalidades		
Níveis	Penalidade	Pontos
Nível I	Advertência	Até 10
Nível II	2 meses de impedimento	11 a 13
Nível III	4 meses de impedimento	14 a 16
Nível IV	6 meses de impedimento	17 a 19
Nível V	8 meses de impedimento	20 a 22
Nível VI	12 meses de impedimento	23 a 25
Nível VII	16 meses de impedimento	26 a 29
Nível VIII	20 meses de impedimento	30 a 31
Nível IX	24 meses de impedimento	32 a 33
Nível X	28 meses de impedimento	34 a 35
Nível XI	32 meses de impedimento	36 a 38
Nível XII	36 meses de impedimento	39 ou mais

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(Contratos)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica.